



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PLANO DE CURSO

MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

MESTRADO EM REDE NACIONAL

Florianópolis – SC
2013

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	3
2. JUSTIFICATIVA.....	5
3. OBJETIVOS.....	9
4. ESTRUTURA CURRICULAR	10
5. CORPO DOCENTE.....	23
6. PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.....	24
7. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS.....	24
8. INVESTIMENTO (CONDIÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO).....	31
9. INGRESSO NO CURSO E VAGAS.....	31
10. PROPOSTA DO CURSO.....	32
11. PERFIL DISCENTE.....	33

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Do Curso

1.1.1. Nome Completo

Curso de Mestrado Profissional em História – PROFHISTÓRIA – Mestrado em Rede Nacional

1.1.2. Nível

Mestrado Profissional

1.1.3. Área e Subárea Básicas

70000000 Ciências Humanas
70500002 História

1.1.4. Previsão de Início do Funcionamento

Agosto de 2014

1.1.5. Endereço

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED
Avenida Madre Benvenuta, 2007
Itacorubi – Florianópolis – SC
CEP: 88035-001

1.1.6. Nome do/a Coordenador/a

A ser definido

1.1.7. Nome do/a Sub-coordenador/a

A ser definido

1.2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Reitor

Prof. Dr. Antônio Heronaldo de Sousa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Leo Rufato

Pró-Reitoria de Ensino

Prof. Dr. Luciano Hack

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade

Prof. MSc. Mayco Moraes Nunes

Pró-Reitoria de Administração

Técnico Universitário Vinícius Alexandre Perucci

Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED

Direção Geral

Prof. Dr. Emerson César de Campos

Diretor de Ensino

Prof. Dr. Lourival José Martins Filho

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª. Dra. Silvia Maria Fávero Arend

Diretor de Extensão

Prof. Dr. Fábio Napoleão

Diretora de Administração

Técnica Universitária Rosane Rosa

2. JUSTIFICATIVA

Este projeto nasceu do interesse de um grupo de professores do estado do Rio de Janeiro pela proposta da CAPES relativa à criação de programas de pós-graduação profissional (mestrado) em rede nacional. A proposta foi inicialmente apresentada pela Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ) e desenvolvida por docentes vinculados a seis instituições do Rio de Janeiro, a saber: Alexandre Fortes (UFRRJ), Ana Maria Monteiro (UFRJ), Carmen Gabriel (UFRJ), Felipe Magalhães (UFRRJ), Giselle Martins Venâncio (UFF), Helenice Rocha (UERJ), Keila Grinberg (UNIRIO), Luis Reznik (PUC-Rio), Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO), Márcia Chuva (UNIRIO), Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ), Mariana Muaze (UNIRIO), Rebeca Gontijo (UFRRJ) e Regina Bustamante (UFRJ). Esse grupo inicial foi responsável pela elaboração do projeto e do regimento do Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA) que, posteriormente, agregou novos colaboradores do Rio de Janeiro e de outras regiões do país. No total, participam docentes vinculados a seis Instituições de Ensino Superior da região sudeste; quatro da região sul; uma da região nordeste; e uma da região Centro-Oeste, conforme a indicação a seguir:

(a) Região Sul:

Universidade do Estado de Santa Catarina
 Universidade Federal de Santa Catarina
 Universidade Federal de Santa Maria
 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(b) Região Nordeste:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

(c) Região Sudeste:

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
 Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Universidade Federal Fluminense
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

(d) Região Norte:

Universidade Federal de Tocantins

O Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA), será oferecido em rede nacional, é um curso presencial que conta com a participação de Instituições de Ensino Superior associadas, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este Programa, com alcance nacional, objetiva, a médio prazo, ser um instrumento importante de formação

continuada dos professores da Educação Básica brasileira, que atuam na disciplina escolar História. A escolha da Universidade Federal do Rio de Janeiro deve-se a sua experiência na participação em formas associativas de pós-graduação, a exemplo de vários MINTERs e DINTERs PRONEXs, PROCADs etc. Além disso, participam do projeto docentes vinculados a três Programas de Pós-Graduação da UFRJ, sendo dois em História e um em Educação.

A escolha da UDESC para ser uma das universidades associadas da rede nacional do Mestrado Profissional em História deve-se a própria trajetória do Curso de História da UDESC, que possui o conceito máximo no ENADE (5). Ele começou a funcionar no primeiro semestre de 1990, a partir do desmembramento do Curso de Estudos Sociais em História e Geografia - e obteve o seu reconhecimento através do Parecer nº 134/95, do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, em 04 de julho de 1995 e da Portaria nº 79, de 29 de janeiro de 1996, do Ministério de Educação e Desporto, publicado no Diário Oficial da União de 30.01.1996.

Desde então o Curso tem acompanhado as mudanças relativas à formação docente para a Educação Básica e também aquelas relativas à pesquisa histórica. As demandas anunciadas pelas Resoluções CNE/CP números 1/2002 e 2/2002, que aumentaram a carga horária obrigatória tanto das práticas curriculares quanto do estágio supervisionado, implicaram na reformulação da matriz curricular do Curso. A nova matriz buscou responder aos significativos e importantes desafios enfrentados pelos Cursos de formação inicial de modo geral, e aqueles que formam unificadamente o licenciado e o bacharel, em particular. Em 2004, essa nova matriz curricular, aprovada em 2003 (Resolução nº 033/2003/CONSEPE) foi implantada. As mudanças mais significativas deveram-se à criação das disciplinas de Práticas Curriculares e ao redimensionamento do Estágio Curricular Supervisionado. A organização dessas disciplinas implicou na criação de três Laboratórios:

- Laboratório de Imagem e Som (LIS) para atender as especificidades das disciplinas de prática curricular: Imagem e Som I e Imagem e Som II;
- Laboratório de Patrimônio Cultural (LABPAC) para atender as disciplinas de prática curricular: Patrimônio Cultural I e Patrimônio Cultural II;
- Laboratório de Ensino de História (LEH) para atender as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I, Curricular Supervisionado II e Curricular Supervisionado III.

Cabe destacar que essa estrutura oportunizou tanto a abertura de novos concursos que atraíram profissionais qualificados para trabalhar em seus quadros como também o desenvolvimento de pesquisas que primaram pela articulação entre o ensino de História à educação patrimonial e as linguagens. Esses profissionais que também constituem o Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, pesquisam e divulgam os resultados de seus trabalhos em diferentes congressos e eventos da área, colaborando para que o Curso de História da UDESC seja reconhecido em nível nacional como aquele que oferece formação de qualidade

comprometida igualmente com a formação do professor e a do pesquisador. A história do Curso, aliada a experiência e qualificação do conjunto do seu corpo docente, bem como sua imagem de um Curso que se construiu voltado para a formação do profissional em História, contribuiu sobremaneira para que ele fosse convidado para compor a rede nacional do PROFHISTÓRIA.

Importante destacar, nessa trajetória, o próprio envolvimento da UDESC em projetos nacionais financiados pela CAPES voltados exclusivamente para a formação docente, a saber:

- Projeto institucional: *Produção de Materiais Pedagógicos e Desenvolvimento de Metodologias para a Educação Básica do Estado de Santa Catarina*, financiado pelo Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA, Edital N° 2/2008/CAPES/DEB. Proposto pela UDESC, com a participação a partir de subprojetos dos Cursos de Licenciatura da Universidade. No Curso de História este projeto foi desdobrado no subprojeto: *O pensamento histórico de crianças e adolescentes e o ensino de História na Educação Básica I (2008-2010)*, coordenado pelas professoras Cristiani Bereta da Silva e Luciana Rossato com a participação dos professores Claudia Mortari Malavota, Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Márcia Ramos de Oliveira. Esse foi um projeto de prática de ensino e de pesquisa realizado com acadêmicos do Curso de História e professores da Educação Básica, cujo principal objetivo era articular as atividades de docência realizadas no Estágio Supervisionado em História às atividades de pesquisa, produzindo, como resultado: processos e materiais didáticos.
- Projeto Institucional: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência PIBID/CAPES/UDESC - *Práticas pedagógicas na Educação Básica: qualificando a formação inicial e continuada*. O subprojeto da área de História intitula-se *Pensamento histórico de jovens e crianças na Educação Básica II (2011-2013)*. Tal projeto - iniciado em julho de 2011 com duração de 24 meses - é coordenado pelas professoras Cristiani Bereta da Silva e Luciana Rossato, contando com o apoio da professora Nucia Alexandra Silva de Oliveira. A área de História conta com 18 bolsas para estudantes do Curso de História e 02 bolsas para professores de escolas públicas conveniadas, como supervisores.
- Projeto Institucional: Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – LIFE/UDESC, em fase implantação. A UDESC foi contemplada e os recursos oriundos da CAPES serão para a implantação de dois laboratórios:

- 1 - Com ênfase na formação docente em Ciências Humanas, Artes e Suas Tecnologias. Local de funcionamento: Museu da Escola Catarinense – MESC e contempla os cursos do Campus I da UDESC;
- 2 - Com ênfase na formação docente em Ciências da Natureza, Exatas e suas Tecnologias. Local de funcionamento: Escola de Artes de Joinville e contempla os cursos do Campus II da UDESC. Estes espaços serão de uso compartilhado por todos os cursos de licenciaturas da UDESC tanto no Campus I como no II

Os projetos já implantados oportunizaram publicações de livros e de trabalhos em eventos da área, bem como trocas e contatos com diferentes pesquisadores em ensino de História e formação docente de diferentes lugares do Brasil, o que certamente implicou no convite para que Santa Catarina fosse um dos polos da rede nacional e a UDESC uma das universidades associadas para oferecer o mestrado em Santa Catarina.

Sob este formato em rede, existe a precedência do Mestrado Profissional em Matemática, já implantado e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática, e do Mestrado Profissional em Letras, em fase de implantação, coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No Brasil, atualmente, existem três programas aprovados de Mestrado Profissional na área de História – Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da Fundação Getúlio Vargas; Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande; Mestrado Profissional em Ensino de História: Fontes e Linguagens, da Universidade Federal de Caxias do Sul. Os dois últimos estão voltados para a área de Ensino de História. Ainda que se possa destacar a relevância e o pioneirismo dessas iniciativas, estes programas têm impacto local. A proposta do mestrado profissional em rede visa ampliar o número de docentes da Educação Básica a serem beneficiados, bem como possibilitar intercâmbios entre universidades interessadas em apoiar este tipo de formação continuada de professores.

Conforme se pode observar no regimento proposto para a rede nacional (anexo) a coordenação das atividades PROFHISTÓRIA será composta por um Comitê Gestor, por uma Comissão Acadêmica Nacional e pelas Comissões Acadêmicas Locais.

A solicitação de constituição e de consolidação de uma rede nacional se justifica pelos seguintes motivos:

- (a) Apesar da conjuntura econômica em ascensão, o Brasil vem sendo classificado em níveis muito baixos quanto ao desempenho na Educação Básica, tanto em avaliações entre os países do mundo, quanto naquelas que comparam as distintas localidades do país, ressalvadas as diferenças regionais já sobejamente conhecidas.

- (b) A priorização da carreira acadêmica e a excessiva especialização temática dos objetos de investigação em História vêm colocando a formação dos docentes da Educação Básica em um plano secundário.
- (c) É importante estabelecer um equilíbrio entre as atividades de ensino e pesquisa com o objetivo de formar professores com uma sólida formação historiográfica e, ao mesmo tempo, com os recursos necessários para o exercício de suas atividades docentes.
- (d) Com a LDB (9394/1996) atribuindo maior carga horária para a formação de professores, alguns cursos de graduação em História buscaram ampliar a responsabilidade pelo processo de formação de professores.
- (e) Esta nova preocupação tem levado à organização, por alguns programas de pós-graduação no Brasil, de linhas de pesquisa em Ensino de História, e à criação de grupos de pesquisa, como o GT de *Ensino de História da ANPUH* e o *Oficinas de História*, que têm estimulado o fortalecimento da área de Ensino de História como um campo específico de investigação.
- (f) A elaboração de material de síntese, como livros didáticos, implica em grandes dificuldades e desafios, pois o currículo de história impõe um alargado e aprofundado conhecimento do conteúdo.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral:

O PROFHISTÓRIA visa a capacitação de docentes em nível de Mestrado Profissional e pretende como meta mais ampla **contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de História na Educação Básica.**

3.2. Objetivos Específicos:

O PROFHISTÓRIA busca, também, concretizar os seguintes objetivos:

1. qualificar os mestrandos/docentes para desenvolver múltiplas competências comunicativas dos alunos em ambiente *online e off-line*;
2. oferecer subsídios para a utilização de estratégias de mediação em enquadres distintos em sala de aula;

3. fornecer instrumental para que os mestrandos/docentes possam conduzir o processo de avaliação crítica da realidade em suas múltiplas facetas;
4. desenvolver com os mestrandos/docentes estratégias para estimular a capacidade de verificação da fidedignidade das informações históricas, levando em consideração sua origem, o momento e o contexto de sua produção;
5. oferecer subsídios para o reconhecimento do potencial patrimonial dos espaços urbanos e rurais para o ensino de História na Educação Básica;
6. propiciar a reflexão sobre a centralidade da dimensão temporal dos eventos e da ação humana, bem como sobre a sua transposição didática; e
7. instrumentalizar os docentes da Educação Básica a fim de elaborar material didático inovador que lance mão, quando conveniente e relevante, de recursos tecnológicos à disposição.

Com esses objetivos em mente e considerando as múltiplas tendências teórico-metodológicas e uma perspectiva transdisciplinar, o **PROFHISTÓRIA** busca a formação continuada de professores de História voltados para a inovação na sala de aula, ao mesmo tempo em que, de forma crítica e responsável, possam refletir acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da informação de natureza histórica presentes contemporaneamente na sociedade. Esse professor precisará responder aos desafios educacionais do Brasil contemporâneo, considerando princípios fundamentais da construção da educação histórica.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

4.1 Descrição

O **PROFHISTÓRIA** da UDESC empregará a estrutura curricular proposta pela Universidade âncora, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Destaca-se que todas as universidades associadas que fazem parte da rede farão o mesmo.

O projeto prevê o cumprimento de 36 créditos 510 (quinhentas e dez) horas num prazo de 2 (dois) anos. Dentre as disciplinas, cada uma de 60 horas, 2 (duas) são obrigatórias, 4 (quatro) são optativas e 1 (uma) eletiva. Cada um dos seminários de pesquisa e tutoria têm 45 horas 3 (três) créditos. Para integralizar o curso, o aluno deverá cursar, no mínimo, 34 créditos.

Desta forma, a organização curricular terá o seguinte formato:

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Teoria da História História do Ensino de História Optativa	Optativa Optativa Optativa	Eletiva Seminário de Pesquisa	Seminário Tutorial

4.2. Conjunto de disciplinas mestrado profissional em História

O Curso oferecerá duas disciplinas obrigatórias. A disciplina **Teoria da História** buscará fornecer subsídios teóricos e epistemológicos da construção do conhecimento histórico, observados na relação entre História, historiografia e historicidade e a operação historiográfica. A disciplina **História do Ensino de História** tratará da emergência da história como campo disciplinar no século XIX e da história como disciplina escolar, considerando-se a produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar, bem como as demandas sociais e ensino de história.

As disciplinas de seminário possuem caráter prático. A disciplina de **Seminário de Pesquisa** objetiva discutir e acompanhar o desenvolvimento das pesquisas pelo conjunto dos alunos, com vistas ao desenvolvimento do projeto de trabalho final. A disciplina **Seminário Tutorial** objetiva o acompanhamento do trabalho do aluno pelo professor-orientador com vistas à preparação do trabalho final e da sua defesa.

A disciplina eletiva deve ser feita fora do Programa, no âmbito da UDESC ou em outros Programas de outras universidades e deve estar relacionada com as questões tratadas na área de concentração do PROFHISTÓRIA – Ensino de História -, bem como aquelas diretamente relacionadas a produção do trabalho final do mestrado.

As disciplinas optativas que serão oferecidas em sistemas de rodízio, considerando, principalmente o perfil de cada turma, são:

- Didática da História: Trajetória, Desafios e Perspectivas
- Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira
- Ensino de História e a Questão das Temporalidades
- Metodologia no Ensino de História: o Pesquisador-Professor e o Professor-Pesquisador
- Currículo de História: Memória e Produção de Identidade/Diferença
- Narrativa, Imagem e a Construção do Fato Histórico
- Produção de Material Didático e o Universo Virtual
- Educação Patrimonial e Ensino de História

4.3. Exigência de créditos

Para integralizar o curso, o aluno deverá cursar, no mínimo, 34 créditos.

4.4. Tempo máximo para a conclusão do curso

Os acadêmicos terão 24 (vinte e quatro meses) para concluir o curso de mestrado profissional em História, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, mediante justificativa fundamentada e apresentação de cronograma de conclusão do trabalho devidamente aprovados pelo Colegiado do PROFHISTÓRIA/UDESC, conforme prescreve a Resolução 025/2009-CONSEPE, em seu Artigo 3º.

4.5. Ingresso, frequência, avaliação e desligamento por desempenho insuficiente

Para atender à formação básica e específica, o PROFHISTÓRIA prevê um processo de seleção baseado em prova escrita, com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento em História e a capacidade de leitura e escrita. Essa etapa será conduzida por uma Comissão de Avaliação Nacional.

Uma vez selecionados, os alunos do PROFHISTÓRIA deverão cursar **2 (duas) disciplinas obrigatórias; 4 (quatro) disciplinas optativas** vinculadas a qualquer uma das Linhas de Pesquisa, **1 (uma) eletiva; e dois seminários, de pesquisa e tutorial**. O seminário de pesquisa é uma disciplina na qual o aluno deverá desenvolver seu projeto de trabalho final; o seminário tutorial é composto dos encontros de orientação entre o aluno e seu professor-orientador.

Com relação às disciplinas obrigatórias, haverá uma Coordenação Nacional responsável por encaminhar a discussão sobre como será a prova de avaliação da disciplina, tanto em relação ao conteúdo quanto aos aspectos metodológicos.

A oferta das disciplinas optativas e dos seminários, por seu turno, levará em conta as especificidades das Instituições Associadas.

O trabalho final tem por objetivo traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação, bem como gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais dessa área nos diferentes contextos onde são mobilizadas formas diversas de representação do passado.

A natureza desse trabalho final, a despeito do formato que possa vir a assumir, deve traduzir obrigatoriamente as três dimensões abordadas ao longo do curso:

- (i) a apropriação dos estudos e debates recentes sobre as temáticas trabalhadas;

- (ii) a criticidade em termos do conhecimento e práticas acumuladas na área; e
- (iii) as possibilidades de produção e atuação na área do ensino de história que contribuam para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de história dentro e/ou fora da sala de aula. Para tal ele constará de duas partes: uma parte crítico-analítica (dimensões i e ii) e uma parte propositiva (dimensão iii).

O produto final pode assumir diferentes formatos como: **texto dissertativo, documentário, exposição; material didático; projeto de intervenção em escola, museu ou espaço similar**, a condição que incorpore as três dimensões anteriormente explicitadas.

O trabalho final será realizado e avaliado em duas etapas. A primeira etapa corresponde ao **exame de qualificação**, que consiste da **apresentação e defesa do projeto de trabalho final**, que **deve contemplar necessariamente a parte crítico-analítica do curso**. Trata-se de um **texto acadêmico** no qual é preciso constar: a explicitação e justificativa do tema e problema de pesquisa; os objetivos do trabalho e as interlocuções teóricas privilegiadas bem como o plano que especifica e justifica o formato do trabalho final pretendido. Essa etapa deve estar concluída até o final do terceiro semestre, quando o aluno deverá apresentar e discutir o trabalho com uma **banca formada por três professores, sendo um o orientador**.

A segunda etapa corresponde ao **trabalho final propriamente dito**, em um dos formatos estabelecidos em conjunto com o professor-orientador, que deverá ser defendido até o final do quarto semestre do curso. **A defesa é feita em arguição pública por banca qualificada composta por três professores doutores, sendo um deles o orientador e tendo a participação de ao menos um professor externo ao Programa**.

A frequência mínima exigida pelo PROFHISTÓRIA para a aprovação em cada disciplina ou atividade é de 75% (setenta e cinco por cento). O aluno só poderá apresentar-se para a defesa do trabalho final após ter concluído todos os créditos obrigatórios do Curso. O aproveitamento das atividades desenvolvidas em cada disciplina será avaliado de acordo com o Plano de Ensino elaborado pelo docente, e conforme determinado pela Comissão Acadêmica Nacional.

O rendimento escolar será expresso de acordo com os seguintes conceitos:

- a) A = Excelente
- b) B = Bom
- c) C = Regular
- d) D = Insuficiente
- e) I = Incompleto.

Para efeito de registro acadêmico adotar-se-á a seguinte equivalência de notas:

- a) 9,0 a 10,0 = A
- b) 8,0 a 8,9 = B
- c) 7,0 a 7,9 = C
- d) inferior a 7,0 = D
- e) disciplinas não concluídas = I

Serão considerados aprovados nas disciplinas os alunos que tiverem frequência mínima e conceitos A, B ou C. A média geral de aproveitamento nas disciplinas não poderá ser inferior a B, o que equivale à necessidade de, para cada conceito C obtido, o aluno deverá alcançar um conceito A em outra disciplina do Curso. A critério do professor, poderá ser atribuído o conceito I (incompleto) ao aluno que deixar de concluir uma parcela dos trabalhos exigidos, mediante o compromisso de completar os trabalhos em período não superior a 2 (dois) meses. Caso o aluno não conclua os trabalhos referidos o conceito I (incompleto) será convertido em nota 0 (zero).

O mestrando que não realizar sua matrícula no prazo previsto ou não solicitar trancamento, será notificado pela coordenação, dando-lhe prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para regularizar sua situação, sob pena de ser oficialmente desligado do Curso. Também terá sua matrícula suspensa aquele que, sem comunicar o Colegiado do Curso, deixar de comparecer às atividades acadêmicas por prazo superior a 30 (trinta) dias. Por fim, será desligado do Curso aquele que for reprovado 2 (duas) vezes nas disciplinas oferecidas pelo Curso.

Conforme determinado o Regimento do Mestrado em Rede, perderá a bolsa CAPES o mestrando reprovado em qualquer uma das disciplinas do Curso.

4.6. Relação das disciplinas do PROFHISTÓRIA com seus respectivos créditos, carga horária (CH) e professores.

Disciplina	Créditos Teóricos e Práticos	CH (hs)	Professores Responsáveis
Teoria da História	04 Obrigatória	60	Entre os docentes permanentes do curso será definido o responsável anualmente pelo Colegiado
História do Ensino de História	04 Obrigatória	60	Entre os docentes permanentes do curso será definido o responsável anualmente pelo Colegiado
Didática da História: Trajetória, Desafios e Perspectivas	04 Optativa	60	Profa. Dra. Luciana Rossato Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva
Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira	04 Optativa	60	Prof. Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso Profa. Dra. Claudia Mortari Malavota
Ensino de História e a Questão das Temporalidades	04 Optativa	60	Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva Profa. Dra. Luciana Rossato Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues

Metodologia no Ensino de História: o Pesquisador-Professor e o Professor-Pesquisador	04 Optativa		Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva Profa. Dra. Luciana Rossato Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira
Currículo de História: Memória e Produção de Identidade/Diferença	04 Optativa	60	Profa. Dra. Luciana Rossato Profa. Dra. Silvia Fávero Arend Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann
Narrativa, Imagem e a Construção do Fato Histórico	04 Optativa	60	Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão Profa. Dra. Márcia Ramos de Oliveira Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann Profa. Dra. Silvia Regina Liebel Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Produção de Material Didático e o Universo Virtual	04 Optativa	60	Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann Profa. Nucia Alexandra Silva de Oliveira Profa. Dra. Márcia Ramos de Oliveira Profa. Dra. Silvia Regina Liebel
Educação Patrimonial e Ensino de História	04 Optativa	60	Profa. Dra. Janice Gonçalves Profa. Dra. Viviane Borges
Seminário de Pesquisa	04 Optativa	60	Entre os docentes permanentes do curso será definido o responsável anualmente pelo Colegiado
Seminário Tutorial	04 Optativa	60	Responsabilidade de cada orientador
Eletiva	04 Optativa	60	Deve ser feita fora do PROFHISTÓRIA, em outro programa de pós-graduação dentro ou fora da UDESC

4.8. Disciplinas e ementas

4.8.1 Disciplinas Obrigatórias

Disciplina: Teoria da História

Ementa: O estatuto epistemológico da história. História, historiografia e historicidade. Tempo histórico e experiência. Usos do contexto. Objetividade e subjetividade em história. O particular e o geral. História, verdade e prova. Retórica e conhecimento histórico. História e memória. História e identidades sociais. A narrativa histórica. O método histórico. O uso dos conceitos pelo historiador. A construção do objeto histórico. A operação historiográfica: lugar social, práticas e texto. Arquivo, compreensão/explicação e representação. Os conceitos antigo e moderno de história. A história-problema. Escalas de análise. Teorias e filosofias da história. A disciplinarização da história. A história como ciência social.

Bibliografia:

ANKERSMIT, Frank. *A escrita da história: natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

ARENDT, Hannah. O conceito antigo e moderno de história [1954]. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1990.

- BOUTIER, J., JULIA, D. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História* (Novas Perspectivas). São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo da Epistemologia (1968). In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção de textos de Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 82-118.
- GADAMER, Hans-Georg e Pierre Fruchon (org.). *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. e KOSELLECK, Reinhart. *Historia y hermeneutica*. Madrid: Paidós, 1997.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IGGERS, Georg G. *La ciencia histórica en el siglo XX*. Barcelona: Idea Books, 1998.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. Ethical responsibility and the historian: on the possible end of a history "of a certain kind". *History and Theory*, (43):43-60, dez. 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. *L'expérience de l'histoire*. Paris : Gallimard – Le Seuil, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. A narrativa na escrita da história e na ficção. In: _____. *A aguarrás do tempo*. Estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 15-121.
- MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007.
- MUDROVIC, Maria Ines. *Historia, narración y memoria*. Los debates actuales en filosofía de la historia. Madrid: Akal, 2005.
- MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. 1ª. ed. 1997. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OPHIR, Adi. Das ordens do arquivo. In: SALOMON, Marlon (org.). *Saber dos Arquivos*. Goiânia: Ricochete, 2011, p. 73-98.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- REVEL, Jacques. *Proposições. Ensaio de História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009.
- _____. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: UFPR, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.
- RUSEN, Jorn. *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007.
- RUSEN, Jorn. *Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.
- RUSEN, Jorn. *Reconstrução do Passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UnB, 2007.
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário [1974]. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alírio C. de Franca. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 97-116.
- _____. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992.

Disciplina: História do Ensino de História

Ementa: A emergência da história como campo disciplinar no século XIX. Os debates acerca do lugar do ensino da história. As diferentes concepções sobre o ensino, a aprendizagem e os conhecimentos históricos necessários para a história escolar. A trajetória do ensino de história na educação básica. A criação dos cursos universitários de história e a profissionalização dos professores. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Demandas sociais e ensino de história.

Bibliografia:

- BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: s/e, 1988.
- _____. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CEZAR, Temístocles, Lição sobre a escrita da História. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX, Diálogos*. Maringá, (8):11-29, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Manguinhos - História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, 19(2), abril-junho 2012.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GONCALVES, Marcia de Almeida et alii. *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- JOUTARD, Phillippe. L'enseignement de l'histoire. In: BÉDARIDA, François (org.). *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995, p. 45-55.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Histórias do ensino de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.
- MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.
- NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.
- OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado*. Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.
- REZNIK, Luís, A construção da memória no ensino da História. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 2004, p. 339-350.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

4.8.2 Disciplinas Optativas

Disciplina: Didática da História: Trajetória, Desafios e Perspectivas

Ementa: Didática da história como campo de pesquisa e disciplina acadêmica. Trajetória de construção da Didática de História. Diferentes concepções de didática e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem de história. Planejamento e Avaliação em História. A sala de aula de História. Recursos didáticos como suportes do conhecimento histórico recontextualizado em objeto de ensino. Papéis e usos do livro didático em sala de aula. Escola como espaço de formação do professor de história

Bibliografia:

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.
- BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.
- KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCHMIDT, M. A. e CAINELLI, M. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.
- SILVA, Thelma N. M. B e RABELLO, Heloisa. *O Ensino da História – utilização do documento escrito*. Niterói: EDUFF, 1992.
- SOUSA, Ana et alii (org.). *Novas estratégias, novos recursos no ensino de história*. Lisboa: Asa, 1993.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: Alternativas em perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

Disciplina: Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira

Ementa: Histórico das medidas legais (leis e pareceres) que instituíram a obrigatoriedade da inclusão desses conteúdos nos currículos das escolas brasileiras. As reflexões sobre a definição de parâmetros para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira e suas consequências na formação de professores de História, bem como a análise de experiências de implementação dos referidos conteúdos nos currículos escolares, considerando os temas e abordagens privilegiados por professores de História nas escolas e a produção de materiais didáticos. História da África como disciplina acadêmica: discussão sobre temas e debates presentes no ensino universitário. A produção de saberes a partir de sujeitos externos ao ambiente universitário: projetos, programas e a atuação de movimentos sociais e comunidades negras na construção do conhecimento nesse campo.

Bibliografia:

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História. Conceitos, temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Casa da Palavra, 2003.
- ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 21(41), jan./jun., 2008.
- LIMA, Mônica. História da África: temas e questões para a sala de aula, *Cadernos PENESB* nº7. Rio de Janeiro/Niterói, Quartet/UFF, 2006, p. 71-105.
- LOVEJOY, Paul e BOWSER, Benjamin (eds.). *The transatlantic slave trade and slavery: new directions in teaching and learning*. Trenton, NJ: Africa World Press, 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras: Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). *História*. São Paulo, 2009, p.143-172.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. *História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação de professores de História*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

PANTOJA, Selma & ROCHA, Maria José (orgs). *Rompendo silêncios. História da África nos currículos da Educação Básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004.

ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (orgs). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)-Ministério da Educação. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03*. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

Disciplina: Ensino de História e a Questão das Temporalidades

Ementa: Tempo histórico como elemento estruturante da produção do conhecimento histórico. Conceito de tempo histórico em diferentes matrizes teóricas. O tempo histórico: duração, ritmo, sucessão, simultaneidade, permanências e continuidades. Ensino de história e regimes de historicidade. Desafios pedagógicos na recontextualização didática do tempo histórico. Conceitos como: narrativa histórica, identidade narrativa e consciência histórica. Tempo histórico e história ensinada: propostas curriculares, livros didáticos, narrativas de professores e alunos em sala de aula.

Bibliografia:

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidades: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo; ROCHA, Helenice (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 35-50.

HARTOG, François. Tempo e História: "Como escrever a história da França hoje?". *História Social*, Campinas, Unicamp, n. 3, 1996, p. 127-154.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória*. Almanaque Abril: O tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru: Edusc, 2009.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia* (on-line), Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), nº 02, p. 163-209, março 2009.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, 1(2): 7-16, jul./dez. 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Disciplina: Metodologia no Ensino de História: o Pesquisador-Professor e o Professor-Pesquisador

Ementa: O método de pesquisar História e o método de ensinar História. A pesquisa histórica no ensino de História. A importância do professor-pesquisador. A importância dos alunos-pesquisadores. A utilização de oficinas em sala de aula. A pesquisa e a internet. Elaboração de projetos específicos.

Bibliografia:

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.
- CARRETERO, Mario (org.). *Construir e Ensinar – As Ciências Sociais e a História*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e FRANCO, Renato. *Aprendendo História*. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.
- KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (org.). *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996.
- LAGOA, Ana Mascia, GRINBERG, Keila e GRINBERG, Lucia. *Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.
- MACHADO, Nilson. *Epistemologia e Didática*. São Paulo, Cortez, 1996.
- NETO, José Miguel Farias. Dez Anos de Pesquisas em Ensino de História. *Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História*. Londrina, 2005.
- Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.
- SOSA, Ana et alii (org.). *Novas estratégias, novos recursos no ensino de história*. Lisboa: Asa, 1993.

Disciplina: Currículo de História: Memória e Produção de Identidade/Diferença

Ementa: Diferentes concepções de currículo e suas implicações para a reflexão sobre o ensino de história. Relação entre currículo e memória como territórios contestados. Diferenciação entre memória e história. Historiografia escolar, história ensinada e o debate político contemporâneo que envolve a questão identitária. Articulações entre os diferentes processos de identificação (nacional, sociocultural) no conhecimento histórico didatizado. Currículo de história e a questão da alteridade no tempo e no espaço.

Bibliografia:

- ANHORN, Carmem T. G. *Um objeto de ensino chamado história*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Tese de Doutorado apresentada no PPGE, 2003.
- FONSECA, T. N. de L. A História como disciplina escolar no Brasil. In: FONSECA, T. N. de L. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003, p. 37-70.
- MAGALHÃES, Marcelo. História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, M. e SOIHET, R. (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 168-184.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais – História*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais – Temas Transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília, DF: MEC/SEMT, 1999.

SILVA, Marcos A. Ensino de História, exclusão social e cidadania cultural – contra o horror pedagógico. In: LENSKIJ, Tatiana e HELFER, Nadir E. (orgs.). *A memória e o ensino de história*. São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

Disciplina: Narrativa, Imagem e a Construção do Fato Histórico

Ementa: Delimitação do campo de sentido de fato histórico: fato como narração, fato como condensação do tempo histórico. Conceituação de narrativa visual e os seus suportes. Mídia e a factualização da história, recursos para uma crítica e metodologias de análise. Estratégias de apresentação do fato histórico por meio de narrativas visuais.

Bibliografia:

CARDOSO, Ciro & MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: o caso da fotografia e do cinema. In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 401-417.

CIAVATTA, Maria. *O Mundo do Trabalho: A Fotografia como Fonte Histórica* (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ, 2002.

DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. São Paulo: Editora Papirus, 2000.

FERREIRA, Jorge & SOARES, Mariza de Carvalho (orgs.). *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, 15(28): 151-168, dez. 2008.

MOCELLIN, Renato. *Cinema e o Ensino de História*. São Paulo: Nova Didática, 2002.

Disciplina: Produção de Material Didático e o Universo Virtual

Ementa: Estudo de suportes tecnológicos aplicados ao ensino de História, tais como ambientes virtuais de aprendizagem, editores de texto colaborativo, aplicativos, jogos, entre outros. Construção de ambientes virtuais para realização de atividades de pesquisa e ensino de História na Educação Básica.

Bibliografia:

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia – de Guttenbergh à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BRUGGER, Niels. The archived website and website philology – a new type of historical document? *Nordicom Review*, 2 (29): 155-175, 2008.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DANTAS, CAMILA GUIMARAES. *O passado em bits – memórias e histórias na internet*. Rio de Janeiro: UNIRIO, dissertação de mestrado em Memória Social, 1998.

DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JOHNSON, Steven. *Cultura da interface* – como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência* – o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

STALEY, David J. *Computers, visualization and History* – how new technology will transform our understanding of the past. New York: M.E Sharpe, 2003.

Disciplina: Educação Patrimonial e Ensino de História

Ementa: O ensino de História e o campo do Patrimônio Cultural material e imaterial. Exploração das conexões das instituições de memória com os campos da cultura, do mercado, da ciência e da educação. A partir de estudos de caso e de levantamentos gerais sobre a situação dos museus brasileiros, são examinadas as novas concepções de ensino de História nos museus trazidas pela discussão contemporânea sobre patrimônio, memória, identidade cultural e educação.

Bibliografia:

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESCO, 2001.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. *História, Ensino e Patrimônio*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19 (55): 53-73, jun. 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. *Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica*. Ijuí: Unijuí, 2009.

SOARES, Andre Luis Ramos; KLAMT, Sergio. *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

4.8.3 Disciplina: Eletiva

Descrição: Disciplina escolhida pelo aluno, com a supervisão do orientador, com o objetivo de subsidiar sua formação. Poderá ser feita fora do Programa, reconhecida a compatibilidade com seus objetivos.

4.8.4 Seminários

Disciplina: Seminário de Pesquisa

Ementa: Disciplina de discussão e desenvolvimento das pesquisas pelo conjunto dos alunos, com vistas ao desenvolvimento do projeto de trabalho final.

Disciplina: Seminário Tutorial

Ementa: Acompanhamento do trabalho do aluno pelo professor-orientador com vistas à preparação do trabalho final e da sua defesa.

5. CORPO DOCENTE

5.1. Descrição

O corpo docente do PROFHistória na UDESC é formado por um grupo de professores e pesquisadores que equilibra diferentes experiências e vivências profissionais e acadêmicas. Há docentes mais experientes, com orientações de dissertações de mestrado que já compõem o corpo docente de programas de pós-graduação acadêmicos na UDESC, mas a maioria é formada por docentes com uma formação acadêmica mais recente que adquiriram rapidamente a necessária adaptação às exigências da Pós-Graduação brasileira. Ao combinar diferentes gerações, o corpo docente do PROFHISTÓRIA da UDESC evidencia possuir experiência na coordenação de projetos de pesquisa, na constituição de grupos de pesquisa articulados a pesquisadores mesmo de outras instituições e na orientação de pesquisas em diferentes níveis, desde a iniciação científica, trabalhos de conclusão de graduação e de pós-graduação, publicações de livros e artigos científicos e demonstraram a capacidade de articular ensino e pesquisa ao longo de sua formação acadêmica. Acrescenta-se, ainda, que a experiência com a formação docente em diferentes níveis os credencia a atuarem num mestrado profissional em rede, como este proposto.

O grupo de docentes que atuará neste mestrado foi construído com vistas a causar o menor impacto financeiro possível, haja vista que a maior parte dos docentes já atua nos mestrados acadêmicos do PPGH e PPGE da FAED. Além disso, a proposta é estabelecer um rodízio entre os docentes nas ofertas das disciplinas, de modo que estes possam seguir atuando nos demais programas aos quais fazem parte, bem como nas disciplinas de graduação sob suas respectivas responsabilidades.

5.2. Relação dos professores membros do corpo docente do PROFHISTÓRIA

PROFESSOR	TIT.	UNIVERSIDADE	ANO	REGIM E TRABA LHO	VÍNCULO INSTITUCIONA L	Programa de Pós- Graduação já vinculado
AREND, Sílvia Maria Fávero	Dr. História	UFRGS/RS	2005	40hs/DI	UDESC/FAED/ DEP. HISTÓRIA	PPGH
BORGES, Viviane Trindade	Dr. História	UFRGS/RS	2010	40hs	UDESC/FAED/ DEP. HISTÓRIA	-

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco	Dr. História	PUC/SP	2004	40hs/DI	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	PPGH
FALCÃO, Luiz Felipe	Dr. História	USP/SP	1998	40hs/DI	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	PPGH
GONÇALVES, Janice	Dr. História	USP/SP	2007	40hs/DI	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	PPGH
LIEBEL, Silvia Regina	Dr. História	Université Paris 13 - Paris-Nord	2011	40hs	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	-
LOHN, Reinaldo Lindolfo	Dr. História	UFRGS/RS	2002	40hs/DI	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	PPGH
MALAVOTA, Cláudia Mortari	Dr. História	PUC/RS	2007	40hs	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	-
OLIVEIRA, Nucia A. Silva de Oliveira	Dr. História	UFSC/SC	2005	40hs	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	-
RAMOS, Márcia de Oliveira	Dr. História	UFRGS/RS	2002	40hs/DI	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	PPGH
RODRIGUES, Rogério Rosa	Dr. História	UFRJ	2008	40hs	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	-
ROSSATO, Luciana	Dra. História	UFRGS/RS	2005	40hs/DI	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	PPGH
SILVA, Cristiani Bereta da	Dra. História	UFSC/SC	2003	40hs/DI	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	PPGH/PPGE
WITTMANN, Luisa Tombini	Dra. História	UNICAMP/SP	2011	40hs	UDESC/FAED/DEP. HISTÓRIA	-

6. PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

6.1. Descrição

Os serviços da Secretaria de Pós-Graduação e do Setor de Publicações, subordinados à Direção de Pesquisa e Pós-Graduação da FAED/UDESC, funcionam normalmente nas dependências do Centro de Ciências Humanas e da Educação e não será, portanto, necessária a contratação de mais integrantes para o corpo técnico nem tampouco deslocamento de pessoal de outros setores.

6.2. Relação de servidores técnico-administrativos envolvidos no PROFHISTÓRIA

NOME	FUNÇÃO	QUALIFICAÇÃO
Gabriela Vieira	Secretaria Geral	Superior
Fernando Coelho	Secretário	Superior
Tânia Foletto	Secretária	Superior

7. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

7.1. Instalações

As condições materiais para a implantação do PROFHISTÓRIA estão implantadas. O curso apenas absorverá parte da infraestrutura existente e que hoje assegura o funcionamento do

Mestrado em História. Observa-se um significativo esforço da Direção do Centro de Ciências Humanas e da Educação, bem como da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em oferecer meios para a superação de problemas setoriais e o fornecimento de condições materiais adequadas. Além das atuais instalações físicas, está em andamento a construção do Bloco Administrativo junto ao Edifício do Centro de Ciências Humanas e da Educação, no Campus I da UDESC, o que proporcionará a ampliação dos espaços físicos existentes.

As condições de infraestrutura são adequadas e abrigarão com qualidade as atividades do PROFHISTÓRIA no Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. As condições físicas e os recursos humanos asseguram condições para o pleno êxito do novo curso. Existem salas para docentes, sala para alunos equipada com computadores e biblioteca ligada à Internet e espaço adequado para os serviços de secretaria. Além disso, no prédio que abriga o Setor de Publicações, situado na Rua Visconde de Ouro Preto, no Centro de Florianópolis, com recursos oriundos da Agência Brasileira de Inovação (FINEP) será instalado o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDICH).

7.2. Equipamentos

1) Laboratório de Imagem e Som - LIS (<http://www.lis.faed.udesc.br/>):

Características: constitui-se em um espaço destinado ao desenvolvimento da pesquisa e da prática didática, a partir dos recursos tecnológicos relacionados as linguagens audiovisuais e uso da edição de imagem e som na área de História. Destina-se a aproximar e instrumentalizar alunos, professores e pesquisadores que fazem uso das fontes imagéticas e/ou sonoras no desenvolvimento de suas investigações, na organização do material consultado e catalogado, através da produção e divulgação de seus resultados, resultando na formação de diferentes bancos de dados e artefatos, além de um acervo próprio enquanto núcleo informatizado de documentação. Vem sendo implementado desde o segundo semestre de 2004, através de diferentes ações que deram suporte institucional a este espaço, possibilitando que tivesse uma sede e a aquisição de equipamentos e instrumental necessário a sua formação. O Laboratório foi formalmente constituído no primeiro semestre de 2007, a partir da apresentação do Projeto de Implementação ao Departamento de História/UDESC. O LIS destina-se ao atendimento dos alunos da Graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) e ao PPGH (Mestrado e Doutorado), junto aos professores do Departamento de História/UDESC. Através das diferentes iniciativas promovidas e desenvolvidas pelo Corpo Docente e Discente mencionado, integra-se a outras instituições acadêmicas entre laboratórios e acervos documentais, além da comunidade escolar e de pesquisa nas áreas de História e/ou afins.

Condições básicas: atividades voltadas para a produção de vídeos e cd-rom; desenvolvimento de oficinas e aulas práticas voltadas ao uso de equipamentos e aplicativos

vinculados a multimídias e edição de material de uso didático; pesquisa, organização e catalogação de softwares, resultando na formação de acervos digitais e bancos de dados, relacionados inclusive com história oral; divulgação e disponibilização de acervos digitalizados e/ou outras informações acerca da produção do Departamento de História, desde que autorizada para esta finalidade.

Equipamentos: 1 pequeno estúdio fechado, com restrição ao som ambiente, climatizado; 4 computadores (dispõe também de uma grande diversidade de softwares utilizados na edição de imagens e sons já instalados nestes computadores); 2 impressoras; 1 scanner de mesa; 1 câmera fotográfica digital; 1 câmera filmadora digital; 1 mesa de som; 1 aparelho de televisão 14 polegadas; 1 video-cassete; 1 aparelho de DVD; 2 gravadores de voz digital; 1 mini-gravador de voz; 1 rádio-gravador com CD-player; 1 microfone Leeson SM56. Dependências com mobiliário (mesas e cadeira para reunião; armários em aço e telefone).

2) Laboratório de Ensino de História – LEH (<http://www.neh.faed.udesc.br/>)

Características: o Laboratório de Ensino de História objetiva discutir teorias, metodologias e práticas que envolvem o ensino de História. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo integrado por professoras/es do Departamento de História da UDESC, professoras/es da Educação Básica Municipal, Estadual e Federal e alunas/os de Graduação e Pós-graduação em História da UDESC.

Condições básicas: organização e guarda de acervo documental acerca da História de Santa Catarina, como jornais, revistas, manuais didáticos, fitas-cassete resultantes de trabalho de pesquisa; CD-ROMs e fitas de vídeo, etc. Dispõe de um conjunto de trabalhos acadêmicos realizados no âmbito do Curso de História/UDESC, e mantém sob guarda livros doados, dissertações e teses e CD-ROMs.

Equipamentos: Dispõe de mesas de reunião, computador e impressora, telefone; apresenta acentuada circulação onde atuam professores, alunos e bolsistas, nas diversas atividades relacionadas, incluindo encontros de grupos de estudo e pesquisa, além de práticas voltadas a projetos de extensão.

3) Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB (<http://www.neab.faed.udesc.br/>)

Características: tem por finalidade auxiliar a universidade, através das atividades de pesquisa, ensino e extensão, na formulação e execução de políticas de ação afirmativa, de valorização da diversidade étnico-cultural e promoção das populações de origem africana em Santa Catarina. Compõem-se de dois programas de extensão: o "Programa Diversidade Étnica na Universidade" e o Programa "Memorial Antonieta de Barros: Centro de Referência para a Memória e História das Populações de Origem Africana em Santa Catarina". Representa a universidade em vários fóruns, com destaque para a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos

Relacionados aos Afro-Descendentes do Ministério da Educação para o Fórum Permanente de Diversidade Étnico-Racial na Educação de Santa Catarina.

Condições básicas: organização e guarda de acervo documental acerca de populações afro-descendentes em Santa Catarina, como jornais, revistas, manuais didáticos e fitas-cassete resultantes de trabalho de pesquisa. Produção de material didático e de promoção de populações afro-descendentes.

Equipamentos: sala com mobiliário próprio (mesas, cadeiras, armários, bancada para computadores, arquivos, 7 computadores, 1 impressora multifuncional, 1 scanner, 1 aparelho de fax e 1 câmera fotográfica digital).

4) Laboratório de Relações de Gênero e Família – Labgef (<http://www.labgef.faed.udesc.br/>)

Características: o Laboratório de Relações de Gênero e Família têm como objetivos gerais a ampliação dos estudos acerca das relações de gênero e das questões que envolvem a família através dos projetos de pesquisa realizados pelos docentes do laboratório; oferta de subsídios teóricos e práticos para a realização de disciplinas na graduação e pós-graduação que tenham o foco as relações de gênero e as questões que envolvem a família; realização de eventos, seminários, cursos e oficinas, com a participação de professores, pesquisadores, estudantes, lideranças comunitárias, técnicos das instituições que operacionalizam as políticas sociais, docentes da rede escolar e membros de Organizações Não Governamentais (ONG). Participam das atividades do LAGEF alunos de graduação, bolsistas de iniciação científica, mestrands e professores.

Equipamentos: sala com mobiliário próprio (mesas, cadeiras, armários, bancada para computadores, arquivos, computadores, impressora multifuncional, scanner e câmeras fotográficas digitais).

5) Laboratório de Patrimônio Cultural – Labpac (<http://www.labpac.faed.udesc.br/>)

Características: Institucionalizado no primeiro semestre de 2008, o LabPac como objetivo geral problematizar as relações entre História e Patrimônio Cultural, estimulando a reflexão acerca dos processos de implantação de políticas públicas de preservação e dos mecanismos de patrimonialização de bens culturais, e ressaltando o papel dos historiadores e dos acervos no registro das experiências históricas e na construção da memória social. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, integrando graduandos do curso de História, mestrands e futuros doutorandos, bolsistas e voluntários de pesquisa, extensão e monitoria, além de docentes vinculados ao Departamento de História e ao PPGH.

Equipamentos: O Laboratório de Patrimônio Cultural abriga acervo de materiais que favoreçam e estimulem o estudo das questões relacionadas ao patrimônio cultural. Entre eles, destacam-se:

a) Coleção de textos de referência (artigos e ensaios), para consulta in loco ou empréstimo

(neste último caso, apenas para graduandos do Curso de História e pós-graduandos do PPGH- UDESC); b) Livros, CDs e DVDs, para consulta in loco ou empréstimo (nas mesmas condições de empréstimo dos textos de referência); c) Coleção de folhetos, guias e documentos de divulgação de instituições de preservação do patrimônio cultural; d) Coleções instrumentais de materiais de fácil aquisição (exs.: botões, canetas, lápis, retalhos de tecidos, panfletos/folhetos de propaganda, "santinhos"), para realização de oficinas com graduandos; e) Coleção de Manuais de Civilidade e Etiqueta entre 1912 a 1986, totalizando 84 exemplares.

6) Laboratório de Estudos de Cidades – LEC (<http://www.lec.faed.udesc.br/>)

Características: o Laboratório objetiva conhecer, sistematizar e divulgar a produção acadêmica nacional e internacional que tenha como foco a questão da construção sociocultural da cidade no tempo presente. Busca ainda incorporar de modo sistemático os resultados dos estudos e pesquisas no curso de graduação em História e no Mestrado em História voltados para essa temática, seja através da oferta de disciplinas ou através da realização de eventos, oficinas e cursos. O LEC pretende ser um espaço para o encontro e a reflexão em conjunto, na graduação e pós-graduação, por meio de grupos de estudos permanentes, que venham a servir de meios para a elaboração de novos projetos e o desenvolvimento de orientações. Participam das atividades do LEC alunos de graduação, bolsistas de iniciação científica e de extensão, mestrandos e professores.

Equipamentos: sala com mobiliário próprio (mesas, cadeiras, armários, bancada para computadores, arquivos, computadores, impressora multifuncional, scanner, filmadoras e câmeras fotográficas digitais).

7.3. Recursos bibliográficos

A Biblioteca Central da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) (<http://www.bu.udesc.br>) foi constituída em julho de 2006 pelos acervos das antigas bibliotecas setoriais do Centro de Artes (CEART), das Ciências Humanas da Educação (FAED), da Administração (ESAG) e do Ensino a Distância (CEAD). Sua área física compreende um total de 1.344m², distribuídos em quatro andares. Seu quadro de pessoal é composto por bibliotecários, auxiliares e bolsistas. Presta atendimento de segunda à sexta-feira no horário das 7h e 30min às 21h e 45 min., e aos sábados das 8h às 11h e 45 min.

A Biblioteca Central da UDESC amplia continuamente seu acervo e hoje dispõe de quase 100.000 itens, entre livros, dissertações, monografias, teses e dissertações, periódicos, etc. As áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes somavam juntas mais de 50.000 exemplares. Os livros utilizados pelos docentes nas disciplinas

dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em História da UDESC foram adquiridos através de recursos financeiros, inclusive os internacionais, disponibilizados pela Universidade.

O espaço físico permite um ambiente adequado para a leitura e pesquisa e o armazenamento do acervo. Há salas equipadas para a projeção de filmes, sala para capacitar alunos, professores e pesquisadores para utilização do Portal da CAPES. Conta com 10 terminais exclusivos para consulta a bases de dados e Internet.

O software utilizado para gerenciamento de seu acervo e atividades relacionadas ao cadastro de usuários e empréstimo é o *Pergamum*.

Os principais serviços prestados pela Biblioteca Central da UDESC aos seus 3.500 usuários provenientes dos cursos de graduação e pós-graduação são os seguintes: consulta local, empréstimo domiciliar, levantamento bibliográfico, normalização bibliográfica, treinamento para a utilização bases dados, serviço de disseminação seletiva da informação, banco digital de teses da UDESC, comutação bibliográfica e acesso à base de dados através do Portal CAPES.

Todos os computadores da Biblioteca e das demais dependências da UDESC permitem acesso às bases de dados disponíveis no Portal da CAPES. (SciELO: Scientific Electronic Library Online, Science Direct Online, BioOne, Ebsco, OECD (Organization for Economic Cooperation and Development), Oxford University Press, Scopus, Social Sciences Full Text entre outras. Vale ressaltar que a UDESC efetivou assinatura para acesso aos documentos da área de Ciências Sociais e Humanas disponíveis pela Ebsco.

Há ainda a assinatura da Springer eBooks que permitirá acesso *on line* a coleções de livros eletrônicos, com mais de 3.400 títulos na íntegra. Conteúdo diversificado, incluindo monografias, atas de conferências, textos profissionais, livros para graduação, dicionários, obras de referência, manuais, dentre diversos outros materiais.

O Portal de periódicos CAPES oferece acesso aos textos completos de artigos de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, bem como a 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. A utilização do Portal CAPES é livre e gratuito para os usuários da UDESC. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas dependências da universidade. As principais bases de dados que podem subsidiar as pesquisas dos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação em História são:

- 1) SciELO - Scientific Electronic Library Online: estão disponíveis 537 periódicos de acesso gratuito na internet publicados no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Portugal, Peru, Uruguai e Venezuela, cobrindo as áreas de Ciências Humanas.
- 2) Science Direct Online : estão disponíveis 1948 publicações periódicas da Elsevier e de outras editoras científicas, Ciências Humanas. O período disponível on line varia a partir de 1993.
- 3) Oxford University Press: coleção de 194 publicações, cobrindo as áreas das Ciências Humanas.

4) Banco de Teses da CAPES: resumos de mais de 366 mil teses e dissertações defendidas em instituições brasileiras a partir de 1987. Inclui textos completos de documentos na área de História.

5) Scopus: base de dados de resumos e de citações da literatura científica e de fontes de informação de nível acadêmico na Internet. Indexa mais de 15 mil periódicos, cerca de 265 milhões páginas da Internet, 18 milhões de patentes, além de outros documentos. Cobre as Ciências Sociais: 2.850 títulos

6) Social Sciences Full Text: base de dados referencial que indexa periódicos nas áreas de Direito, Economia, Administração, Psicologia, Geografia, Estudos Regionais Sociologia, Ciência Política e Serviço Social. O período disponível online é de 1983 até o presente para indexação e de 1994 até o presente para resumos. Inclui textos completos de publicações selecionadas a partir de 1995.

A Biblioteca central tem firmado convênio com as seguintes instituições:

7) IBGE: a Biblioteca Central faz parte do projeto Bibliotecas Depositárias que tem como principal objetivo oferecer à sociedade novos pontos de acesso às informações produzidas pelo IBGE, ampliando as possibilidades de consulta e utilização do valioso acervo da Instituição.

8) ONU: a Biblioteca Central tem a concessão da Biblioteca Depositária das Nações Unidas (United Nations Depository Library), DL-253. Integrante de um sistema de aproximadamente 405 bibliotecas distribuídas em 146 países, o Brasil conta com sete Bibliotecas Depositárias, sendo uma a da UDESC. Seu principal objetivo é divulgar o material sobre fins, princípios e atividades das Nações Unidas, facilitando o acesso aos documentos e publicações da ONU.

Na lista das coleções de periódicos existentes na Biblioteca Central da UDESC vinculados à área da História, destacam-se os relativos à História de Santa Catarina que não estão disponíveis *on line*, tais como a revista Blumenau em Cadernos, editada desde 1957 pelo Arquivo José Ferreira da Silva, a Revista Catarinense de História/Fronteiras, publicada pela ANPUH-SC, e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Entre os periódicos nacionais destacam-se a Revista Brasileira de História, publicada pela ANPUH/Nacional e a Revista Tempo (UFF).

O Relatório de Gestão da Biblioteca da UDESC, ano de 2012 (http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/15/relatorio_final_2012.pdf), aponta que a Universidade assegura recursos anuais para a aquisição de livros impressos, bem como a biblioteca utiliza a Política de Desenvolvimento de coleções para a composição do acervo e todo material adquirido por compra nas bibliotecas é selecionado e definido pelas Comissões, incluindo-se a quantidade de títulos e de exemplares. Segundo o documento, “com as novas aquisições nos últimos três anos, pode-se afirmar que o acervo de livros da UDESC é um dos melhores e mais atualizados das bibliotecas universitárias do estado de Santa Catarina”, inclusive com grande número de usuários externos de outras IES em busca do acervo.

8. INVESTIMENTO (CONDIÇÕES PARA A IMPLANTAÇÃO)

Não haverá a necessidade de um dispêndio de recursos financeiros imediatamente para a implantação do curso. O corpo docente é composto por 8 docentes que já estão em Programas de pós-graduação 6 professores efetivos do Curso de História que poderão assegurar inicialmente a implantação do PROFHISTÓRIA. Além disso, a proposta de tal mestrado constitui-se em incentivo direto da CAPES que está prevendo, neste caso, recursos num modelo próximo ao PROAP, atualmente existente para os cursos acadêmicos.

Existe um grande empenho da UDESC no sentido de favorecer tanto os programas acadêmicos quanto os profissionais de pós-graduação e, para tanto, a instituição investe na ampliação e atualização do acervo da biblioteca, no aperfeiçoamento dos recursos humanos mediante incentivos para a titulação e para a participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos, e mesmo da oferta de um espaço físico mais adequado, mediante a construção de um novo prédio para o Centro. Além disto, foram também instituídas bolsas de monitoria para os alunos dos programas de pós-graduação (4 por programa), que integram o sistema de bolsas fornecidas pela universidade juntamente com as bolsas de iniciação científica da graduação.

Destaca-se que todos os alunos selecionados em rede nacional terão bolsa CAPES para cursar o PROFHISTÓRIA.

9. INGRESSO NO CURSO E VAGAS

9.1. Sistema de Admissão

O sistema de admissão dos alunos no PROFHISTÓRIA será anual, e seu início (se março ou agosto de cada ano) ainda será definido pelo Comitê gestor e pela Comissão Acadêmica Nacional (Atribuições definidas em regimento do PROFHISTÓRIA anexo). O ingresso anual será feito por meio de um Exame Nacional de Acesso, que prevê um processo de seleção baseado em prova escrita, com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento em História e a capacidade de leitura e escrita. O conteúdo será previamente definido e divulgado por um Edital nacional. O Exame Nacional de Acesso será elaborado pela Comissão Acadêmica Nacional e aplicado simultaneamente pelas Universidades associadas.

A inscrição no processo será permitida a/ao Professor/a de História diplomados/as em cursos de Licenciatura reconhecidos pelo Ministério da Educação, com atuação na disciplina escolar de História na Educação Básica que atendam as exigências do Edital de Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA.

9.2. Vagas

PROFHISTÓRIA da UDESC abrirá até 14 vagas anuais.

9.3. Início do Curso

Com a aprovação da CAPES/MEC, o Comitê Gestor e a Comissão Acadêmica Nacional definirão o início do Curso, se março ou agosto. É um mestrado em rede nacional, portanto, os prazos precisarão ser definidos junto as universidades associadas, para que iniciem o curso juntas, mediante a aprovação dos seus respectivos conselhos superiores.

OBSERVAÇÃO:

As demais normas de funcionamento do PROFHISTÓRIA estão especificadas no Regimento da Rede Nacional, que acompanha este Plano de Curso, inclusive os requisitos e critérios do processo de seleção.

10. PROPOSTA DO CURSO

10.1. Área de Concentração: Ensino de História

Como o conhecimento histórico pode contribuir para a reflexão sobre a relação entre passado / presente / futuro, permeada pela lembrança, pelo esquecimento e pelas expectativas de indivíduos e grupos, considerando que lembrar e esquecer são aspectos constitutivos da vida em sociedade, das identidades culturais e do pertencimento político? Partindo dessa questão, a pós-graduação com ênfase em Ensino de História dirige-se a duas demandas complementares. De um lado, à exigência de reflexão sobre o ensino escolar, considerando seus saberes e práticas, bem como a relação com a disciplina de referência. De outro, à necessidade de compreensão das múltiplas formas de ensinar e aprender história vigentes na sociedade contemporânea, para além da escola, que tensionam continuamente tanto à historiografia profissional como o ensino da disciplina em seus diferentes níveis. Isso porque o movimento atual em direção à memória e a luta por direitos contribuíram para acirrar as disputas sobre a escrita e o ensino da história, diversificando suas formas e promovendo múltiplos usos (e abusos) do passado. Cabe ao profissional da área investigar esse complexo movimento e os variados recursos ao conhecimento histórico, de modo a compreender a historicidade das experiências e as muitas possibilidades de escrever e ensinar a história.

10.2. Linhas de Pesquisa

Saberes Históricos no Espaço Escolar

A Linha de Pesquisa desenvolve pesquisas sobre o processo de ensino e aprendizagem da história, considerando as especificidades dos saberes e práticas mobilizados na escola. O foco recai sobre as condições de formação do estudante e do professor e o exercício do ensino de História na escola, pensada como lugar de produção e transmissão de conteúdos, que atende a formas de organização e de classificação do conhecimento histórico por meio do currículo. Esse último é compreendido como conhecimento historicamente constituído, uma forma de regulação social e disciplinar.

Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão

A Linha de Pesquisa desenvolve estudos sobre a questão da linguagem e da narrativa histórica, considerando diferentes tipos de suportes, tais como livros, filmes, programas televisivos, sítios da Internet, mapas, fotografias etc. A partir da problematização do uso da linguagem, o objetivo é produzir materiais destinados ao uso educativo, considerando também as possibilidades de difusão científica da História.

Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

A Linha de Pesquisa desenvolve investigações sobre a produção e aprendizagem da História fora do espaço escolar, considerando lugares distintos como os museus, o teatro, os centros culturais e o espaço urbano em geral. Identificando a história como prática sociocultural de referência, o foco recai sobre as variadas formas de representação e usos do passado no espaço público, com características distintas daquelas observadas na escola, a saber: o turismo de caráter histórico, os monumentos, as festas cívicas e as exposições.

10.2.3. Distribuição dos docentes por Linha de Pesquisa

Saberes Históricos no Espaço Escolar	Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão	Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória
Claudia Mortari Malavota	Cristiani Bereta da Silva	Janice Gonçalves
Luciana Rossato	Luiz Felipe Falcão	Rogério Rosa Rodrigues
Luisa Tombini Wittmann	Márcia Ramos de Oliveira	Silvia Regina Liebel
Nucia Alexandra Silva de Oliveira	Reinaldo Lindolfo Lohn	Viviane Trindade Borges
Paulino de Jesus Francisco Cardoso	Silvia Fávero Arend	

11. PERFIL DISCENTE



Professor de História diplomados em cursos de Licenciatura reconhecidos pelo Ministério da Educação, com atuação na disciplina escolar de História na Educação Básica que atendam as exigências do Edital de Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA, que será construído pelo Comitê Gestor e a Comissão Acadêmica Nacional com a contribuição das Comissões Acadêmicas Locais, via representação.

**REGIMENTO DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
HISTÓRIA
(PROFHISTÓRIA)**

**CAPÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Art. 1º. O Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) oferecido na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na condição de Associada, rege-se pela legislação federal e estadual correspondente a este grau de ensino, pelo Estatuto da UDESC, pelo Regimento Geral da UDESC, pelas Resoluções vigentes na UDESC, por este Regimento e pelas Resoluções dos Colegiados competentes.

Art. 2º. O Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) está vinculado administrativa e academicamente na UDESC ao Departamento de História e ao Centro de Ciências Humanas e da Educação. E vincula-se, em sua condição de Comissão Acadêmica Local, a Comissão Acadêmica Nacional e ao Comitê Gestor.

Art. 3º. São objetivos do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA):

1. buscar a formação continuada de professores de História voltados para a inovação na sala de aula, ao mesmo tempo em que, de forma crítica e responsável, possam refletir acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da informação de natureza histórica presentes contemporaneamente na sociedade
2. qualificar os mestrandos/docentes para desenvolver múltiplas competências comunicativas dos alunos em ambiente *online* e *off-line*;
3. oferecer subsídios para a utilização de estratégias de mediação em enquadres distintos em sala de aula;
4. fornecer instrumental para que os mestrandos/docentes possam conduzir o processo de avaliação crítica da realidade em suas múltiplas facetas;
5. desenvolver com os mestrandos/docentes estratégias para estimular a capacidade de verificação da fidedignidade das informações históricas,

levando em consideração sua origem, o momento e o contexto de sua produção;

6. oferecer subsídios para o reconhecimento do potencial patrimonial dos espaços urbanos e rurais para o ensino de História na Educação Básica;
7. propiciar a reflexão sobre a centralidade da dimensão temporal dos eventos e da ação humana, bem como sobre a sua transposição didática; e
8. instrumentalizar os docentes da Educação Básica a fim de elaborar material didático inovador que lance mão, quando conveniente e relevante, de recursos tecnológicos à disposição.

Art. 4º. O Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) tem como área de concentração de suas atividades o Ensino de História e como linhas de pesquisa:

- I. Saberes Históricos no Espaço Escolar;
- II. Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão;
- III. Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

§ 1º Cada linha de pesquisa terá tantos grupos e projetos de pesquisa quantas forem suas necessidades e possibilidades, consideradas as orientações dos órgãos de fomento e avaliadores.

§ 2º Poderão ser criadas novas linhas de pesquisa de acordo com a expansão do curso, seguindo para sua aprovação, os trâmites administrativos previstos pela UDESC e de acordo com a aprovação da Comissão Acadêmica Nacional e Comitê Gestor.

Art. 5º. O Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) compõe-se de um conjunto de atividades, compreendendo disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, disciplina eletiva e seminários, conduzindo ao Grau de Mestre em História.

Art. 6º. Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) terá a duração mínima de 20 (vinte) e máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º. Por solicitação justificada do(a) professor(a) orientador(a) e apresentação de cronograma detalhado de conclusão do trabalho final, o prazo para a defesa poderá ser prorrogado por até 06 (seis) meses além da duração prevista no currículo, mediante aprovação do Colegiado do Curso.

§ 2º. A solicitação de prorrogação do tempo de duração do curso será feita em conjunto pelo(a) aluno(a) e orientador(a), e encaminhada ao Colegiado do Curso que, por sua vez, não considerando plausíveis as justificativas e o cronograma apresentados, poderá recusar o pedido.

Art. 7º. O número de vagas para cada processo seletivo do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) será definido pela Comissão Acadêmica Nacional e pelo Comitê Gestor, respeitando as orientações da área de História, condicionado à disponibilidade de orientação do corpo docente do Curso.

§ 1º. Cada professor(a) poderá orientar, concomitantemente, no máximo, 03 (três) alunos(as) Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA), incluídos os(as) remanescentes de períodos anteriores.

§ 2º. O(a) professor(a) que, no momento da seleção, estiver acumulando 03 (três) orientações não terá direito a novos orientandos

§ 3º. As orientações concomitantes de cada professor(a) do Programa, somadas as orientações de mestrado e doutorado, não poderão ultrapassar o número máximo recomendado pela área de História.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Art. 8º. São órgãos administrativos do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA)

- I. Comissão Acadêmica Nacional;
- II. Comitê Gestor;
- III. Comissão Acadêmica Local;
- IV. Coordenação;
- V. Secretaria.

Da Comissão Acadêmica Nacional

Art. 9º. A Comissão Acadêmica Nacional é uma comissão deliberativa e executiva composta pelos seguintes membros com mandato de três anos e possibilidade de uma recondução:

- I. Coordenador Acadêmico, que preside a Comissão Acadêmica Nacional;
- II. Coordenador Adjunto;
- III. Coordenador de Avaliação;
- IV. Coordenador de Bolsas;
- V. Um Representante, em nível nacional, com direito à suplência, de cada uma das Linhas de Pesquisa que configura o PROFHISTÓRIA;

Parágrafo 1º - O Coordenador Acadêmico e o Coordenador Adjunto são eleitos pelos Coordenadores das Comissões Acadêmicas Locais.

Parágrafo 2º - O Coordenador de Avaliação e o Coordenador de Bolsas são escolhidos pelo Coordenador Acadêmico.

Parágrafo 3º - O representante de cada linha de pesquisa é eleito pelos docentes vinculados à respectiva linha.

Artigo 10º. São atribuições da Comissão Acadêmica Nacional:

- I. Coordenar a organização e execução de todas as ações e atividades do PROFHISTÓRIA, visando sua excelência acadêmica e administrativa;
- II. Elaborar o Edital de Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA e encaminhar ao Comitê Gestor;
- III. Garantir, em colaboração com o Comitê Gestor, a elaboração e realização dos Exames Nacionais de Acesso;
- IV. Executar a distribuição de bolsas de estudos em consonância com os requisitos determinados pelas agências de fomento;
- V. Deliberar sobre as propostas de credenciamento e descredenciamento de docentes considerando o processo constituído pelas Comissões Acadêmicas Locais a partir dos critérios de credenciamento estabelecidos pela Comissão Acadêmica Nacional e homologados pelo Comitê Gestor;
- VI. Propor o calendário anual e a programação acadêmica;
- VII. Garantir a articulação entre as Comissões Acadêmicas Locais;
- VIII. Manter a organicidade do PROFHISTÓRIA, observando sua finalidade e projeto acadêmico;
- IX. Apoiar a realização de atividades complementares, tais como palestras e minicursos;
- X. Deliberar modificações das ementas das disciplinas e dos requisitos para a conclusão do curso, propostas pelas Comissões Acadêmicas Locais;
- XI. Definir a forma e os critérios de avaliação das disciplinas;
- XII. Definir a forma e os critérios da obrigatoriedade da frequência dos discentes em cada atividade;
- XIII. Definir os critérios de cancelamento da matrícula e desligamento do discente no PROFHISTÓRIA;
- XIV. Definir as sanções cabíveis às infrações disciplinares dos discentes;
- XV. Definir o prazo máximo para a conclusão do mestrado pelo discente regularmente matriculado no PROFHISTÓRIA;
- XVI. Elaborar e encaminhar relatório anual de gestão sobre suas atividades a UFRJ, Instâncias Associadas e Comitê Gestor.

Do Comitê Gestor

Art. 11. O Comitê Gestor constitui uma instância deliberativa e consultiva composta pelos seguintes membros com mandato de três anos e possibilidade de uma recondução:

- I. Representante da Comissão Acadêmica Nacional;
- II. Representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indicado pela Reitoria da UFRJ, considerando-se a natureza do presente curso;
- III. Representante da Diretoria da CAPES;
- IV. Dois representantes da comunidade científica, indicados pela Comissão Acadêmica Nacional.

Artigo 12º - São atribuições do Comitê Gestor:

- I. Realizar encontro anual dos participantes do PROFHISTÓRIA;
- II. Homologar o credenciamento de Instituições Associadas, indicados pela Comissão Acadêmica Nacional;
- III. Coordenar um processo trienal de avaliação das Comissões Acadêmicas Locais, com base em relatório de desempenho (efetiva execução do projeto pedagógico nacional do PROFHISTÓRIA, eficácia na formação de egressos, qualidade da produção científica do corpo docente e adequação da oferta de infraestrutura física e material), para fins de credenciamento do seu corpo docente e manutenção de suas atividades;
- IV. Homologar a eleição do Coordenador Acadêmico Nacional e do Coordenador Adjunto;
- V. Homologar as indicações para o cargo de Coordenador Acadêmico Local;
- VI. Homologar o Edital do Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA;
- VII. Manter o sistema de gestão do PROFHISTÓRIA;
- VIII. Garantir, em colaboração com o Coordenador Acadêmico Nacional, a elaboração e a realização dos Exames Nacionais de Acesso;
- IX. Alterar o presente Regimento, por meio de proposta aprovada por 2/3 de seus membros.

Artigo 13º Da Comissão Acadêmica Local

A Comissão Acadêmica Local é uma comissão executiva, presidida pelo Coordenador Acadêmico Local e por um Colegiado composto pelo corpo docente e por um representante discente eleito pelos seus pares.

Parágrafo 1º - O colegiado formado pelos docentes credenciados no PROFHISTÓRIA da UDESC compõem a Comissão Acadêmica Local.

Parágrafo 3º - O Coordenador Acadêmico Local, é o coordenador do Curso, docente com grau de Doutor, escolhido pelos membros da Comissão Acadêmica Local com mandato de três anos sem possibilidade de uma recondução.

Parágrafo 4º - O período do mandato do representante discente é de dois anos.

Artigo 14º - São atribuições da Comissão Acadêmica Local:

- Coordenar, organizar e executar em nível local as ações e atividades do PROFHISTÓRIA, nas Instituições Associadas;
- Representar, na pessoa do Coordenador Acadêmico Local, o PROFHISTÓRIA junto aos órgãos da Instituição Associada;
- Coordenar a aplicação local dos Exames Nacionais de Acesso ao PROFHISTÓRIA;
- Propor e deliberar, a cada período, a programação acadêmica local e a distribuição de carga didática entre os membros do corpo docente local;
- Constituir processos de avaliação de credenciamento e descredenciamento de membros de seu corpo docente encaminhá-los à Comissão Acadêmica Nacional;

- Organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas, a serem realizadas no âmbito do PROFHISTÓRIA;
- Decidir sobre solicitações de trancamento e cancelamento de disciplinas;
- Elaborar e encaminhar à Comissão Acadêmica Nacional relatórios anuais de gestão sobre suas atividades e um relatório trienal de avaliação;
- Avaliar as disciplinas conforme os critérios definidos pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Controlar a frequência dos discentes em cada atividade conforme os critérios definidos pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Realizar cancelamento da matrícula e desligamento do discente no PROFHISTÓRIA conforme os critérios definidos pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Aplicar as sanções cabíveis às infrações disciplinares dos discentes conforme definidas pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Garantir o fluxo de defesas no prazo estabelecido pela Comissão Acadêmica Nacional.

Art. 15. As normativas baixadas pela Comissão Acadêmica Local, no âmbito de sua competência, terão que ser aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 16. Das decisões da Comissão Acadêmica Local cabe recurso em primeira instância ao Departamento de História.

Art. 17. O Colegiado do Curso que compõem a Comissão Acadêmica Local reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do(a) coordenador(a) ou mediante requerimento da maioria simples dos membros do Colegiado, sempre com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º. Nas faltas e impedimentos, o(a) coordenador(a), como presidente do Colegiado, será substituído(a) pelo(a) subcoordenador(a).

Da Coordenação

Art. 18. São atribuições do(a) coordenador(a) do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) na UDESC:

- I. Convocar e presidir as reuniões do colegiado do Curso;
- II. Dar cumprimento às decisões da Comissão Acadêmica Nacional, Comitê Gestor e dos órgãos superiores da UDESC;
- III. Administrar os recursos financeiros alocados para o Curso;
- IV. Supervisionar os trabalhos de registro e controle acadêmico do Curso;
- V. Zelar pelos interesses do Curso junto aos órgãos superiores, bem como, procurar recursos por meio de convênios junto a entidades públicas ou privadas para a contínua melhoria do ensino e da pesquisa;
- VI. Representar o Colegiado perante outros órgãos da UDESC e instituições externas.
- VII. Remeter à Direção do Centro de Ciências Humanas e da Educação e às autoridades superiores o calendário das atividades acadêmicas de cada período letivo;
- VIII. Elaborar o relatório anual do Curso, encaminhando-o à apreciação e aprovação do Colegiado, às instâncias superiores da Universidade e à CAPES;
- IX. Expedir atestados e declarações relativas às atividades do Curso;

X. Remeter, semestralmente, às chefias dos departamentos de origem dos docentes do Curso, a carga horária alocada em ensino e orientação, para composição da planilha de ocupação docente;

XI. Exercer outras atribuições administrativas necessárias ao pleno funcionamento do Curso.

Art. 19. O(a) subcoordenador(a) do Curso exercerá atribuições designadas pelo(a) coordenador(a), bem como substituirá o(a) titular nos seus impedimentos.

Da Secretaria

Art. 20. As funções de Secretaria serão exercidas por servidores técnico-administrativos efetivos da Universidade.

Art. 21. São atribuições da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado):

I. Organizar e manter atualizados os dados dos alunos e dos professores do Curso;

II. Organizar e guardar os diários de classe das disciplinas e demais documentos do Curso, incluindo correspondência recebida e cópia da correspondência expedida;

III. Executar os procedimentos de divulgação do Curso e dos processos seletivos, inscrição e seleção de candidatos, matrículas de novos alunos, qualificação e defesa final, e demais atividades inerentes ao funcionamento interno do Curso;

IV. Realizar atendimento e prestar informações ao público interno e externo;

V. Organizar os processos a serem submetidos aos órgãos administrativos superiores;

VI. Elaborar ofícios, relatórios, editais e convocações e demais documentos atinentes à vida do Curso;

VII. Secretariar e redigir atas das reuniões do Colegiado e demais reuniões no âmbito do Curso;

VIII. Receber as cópias definitivas do trabalho de conclusão entregues pelo(a) acadêmico(a), arquivando cópia digital na Secretaria do Programa e encaminhando as demais à Biblioteca;

IX. Providenciar a expedição de certidões, atestados e declarações;

X. Encaminhar aos órgãos competentes a documentação necessária para o registro e o controle acadêmico;

XI. Auxiliar o(a) coordenador(a) na elaboração de relatório exigido pelos órgãos oficiais de acompanhamento do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA).

XII. Desempenhar outras atribuições inerentes à área de atuação da Secretaria.

CAPÍTULO III DO CORPO DOCENTE

Art. 22. O corpo docente do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) na UDESC é composto por professores doutores, credenciados pelo Colegiado do Programa do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) numa das seguintes modalidades:

- I. Permanentes: professores estáveis do quadro de carreira da UDESC que atuam de forma direta, intensa e contínua no Curso, com dedicação não inferior a 60% (sessenta por cento) de sua carga horária, constituindo o núcleo estável de docentes que desenvolvem as principais atividades de ensino, pesquisa, orientação e administração;

II. Visitantes: professores vinculados a outra Instituição de Ensino Superior ou de Pesquisa do Brasil ou do exterior e que permanecem, durante um período contínuo e determinado, à disposição da UDESC, contribuindo para o desenvolvimento das atividades acadêmico-científicas do Curso.

III. Colaboradores: professores estáveis da UDESC que não atendam a todos os requisitos para serem enquadrados como docentes permanentes, ou professores de outras instituições que não se enquadrem como visitantes mas participem de forma sistemática do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes, independentemente do fato de possuírem ou não vínculo com a instituição.

Art. 23. O credenciamento e o recredenciamento dos docentes no Curso serão aprovados pelo Colegiado do Curso e terão validade por um período de até três anos, mediante constatação de resultados positivos nos processos de avaliação do desempenho docente determinados por normativa específica aprovada pelo Colegiado do Curso de acordo com a Comissão Acadêmica Nacional.

Parágrafo único. O credenciamento de novos docentes no Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) será definido por Edital próprio emitido pelo Colegiado do Curso.

Art. 24. Os pedidos de credenciamento e recredenciamento serão avaliados por uma comissão de três integrantes designada pelo Colegiado do Curso e posteriormente aprovada por esse último.

§ 1º. Os processos de credenciamento e recredenciamento deverão ser remetidos ao Colegiado pelo(a) docente interessado(a), acompanhado de projeto de pesquisa, plano de trabalho e Currículo Lattes comprovado.

§ 2º. Para solicitação de credenciamento e recredenciamento serão consideradas as atividades realizadas até os últimos três anos, conforme normativa aprovada pelo Colegiado do Curso, tendo como exigências mínimas:

- I. Integrar o quadro permanente estável da UDESC;
- II. Desenvolver atividades de ensino;
- III. Ter projeto de pesquisa aprovado no departamento de origem;
- IV. Apresentar produção intelectual a partir das exigências mínimas:
 - a) Ter ao menos 2 (duas) publicações: livro, coletânea, capítulo de livro, artigo em periódico avaliado pelo Qualis da CAPES;
 - b) Ter participado de 3 (três) congressos ou eventos similares da área, ao menos um de caráter nacional;
- V. Ter 3 (três) trabalhos de orientação concluídos na UDESC, a saber: Iniciação Científica, Extensão, Trabalho de Conclusão de Curso, Especialização Lato Sensu;

§ 3º. O parecer da comissão de credenciamento e recredenciamento será emitido com base na análise do projeto de pesquisa, do plano de trabalho e do Currículo Lattes, levando-se em conta as exigências mínimas dispostas nesse regimento e as estabelecidas em normativa própria e aprovada pelo Colegiado Pleno.

§ 4º. Não obterá credenciamento ou recredenciamento o(a) docente que não atender às exigências dispostas neste regimento e as estabelecidas em normativa própria.

§ 5º. A comissão de credenciamento e recredenciamento deverá contar obrigatoriamente com um(a) representante externo(a) à UDESC e integrante de Curso de Pós-Graduação em História Acadêmico ou Profissional recomendado pela Capes.

§ 6º. Os pedidos de recredenciamento deverão ser protocolados até 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo do credenciamento.

Art. 25. Após a aprovação do credenciamento ou recredenciamento do(a) docente será emitida uma portaria com duração de até 3 (três) anos.

Art. 26. Considerar-se-á automaticamente descredenciado(a) o(a) docente que, ultrapassado o prazo regulamentar, não requerer recredenciamento.

Art. 27. São obrigações dos professores que integram o corpo docente Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA).

- I. Manter o Currículo Lattes atualizado;
- II. Entregar o plano de ensino de disciplina sob sua responsabilidade à Secretaria de Pós-Graduação no primeiro mês de aula;
- III. Entregar o diário de classe de disciplina, sob sua responsabilidade, preenchido até o término do semestre subsequente.
- IV. Acompanhar o andamento acadêmico de doutorando sob sua orientação.

Do corpo discente

Art. 28. São obrigações dos alunos que integram o corpo discente do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA).

- I. Manter o Currículo Lattes atualizado;
- II. Atentar para os prazos de integralização de suas obrigações acadêmicas;
- III. Manter seus dados para contato atualizados junto à Secretaria de Pós-Graduação e à Coordenação do Curso;
- IV. Manter contato com seu orientador regularmente.

CAPÍTULO V DA FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO

Art. 29. A frequência mínima exigida pelo Curso para a aprovação em cada disciplina é de 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 30. O(a) aluno(a) só poderá apresentar-se para a defesa do trabalho final após ser aprovado(a) em todos os créditos de disciplinas exigidas pelo Curso e no exame de qualificação.

Art. 31. O aproveitamento das atividades desenvolvidas em cada disciplina será avaliado de acordo com o Plano de Curso.

§ 1º. O rendimento escolar do(a) aluno(a) será expresso de acordo com os seguintes conceitos:

- I. A = Excelente
- II. B = Bom
- III. C = Regular
- IV. D = Insuficiente
- V. I = Incompleto.

§ 2º. Para efeito de registro acadêmico adotar-se-á a seguinte equivalência de notas:

- I. 9,0 a 10,0 = A

II. 8,0 a 8,9 = B

III. 7,0 a 7,9 = C

IV. Inferior a 7,0 = D

V. Disciplinas não concluídas = I.

§ 3º. Serão considerados aprovados nas disciplinas os alunos que tiverem frequência mínima regimental e conceitos A, B ou C.

§ 4º. A média geral de aproveitamento nas disciplinas não poderá ser inferior a B, o que equivale à necessidade de, para cada conceito C obtido, o(a) aluno(a) alcançar um conceito A em outra disciplina do Curso.

§ 5º. A critério do(a) professor(a), poderá ser atribuído o conceito I (incompleto) ao(a) aluno(a) que deixar de concluir uma parcela dos trabalhos exigidos, mediante o compromisso de completar os trabalhos em período não superior a 2 (dois) meses.

§ 6º. O conceito I (incompleto) será convertido em nota 0 (zero), caso o(a) aluno(a) referido(a) no parágrafo anterior não conclua o trabalho dentro do prazo indicado.

CAPÍTULO VI DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E DESLIGAMENTO DO CURSO

Art. 32. A admissão de discentes no PROFHISTÓRIA e a distribuição de bolsas de estudos se dão por meio de um Exame Nacional de Acesso, versando sobre um programa de conteúdo previamente definido e divulgado por um Edital.

Parágrafo 1º - O Exame Nacional de Acesso consiste num único exame, realizado pelo menos uma vez por ano, ao mesmo tempo, nas Instituições Associadas, pelas Comissões Acadêmicas Locais;

Parágrafo 2º - As normas de realização do Exame Nacional de Acesso, incluindo os requisitos para inscrição, os horários e locais de aplicação do exame, o número de vagas em cada Instituição Associada, e os critérios de correção são definidos por Edital elaborado pela Comissão Nacional Acadêmica;

Parágrafo 3º - A seleção dos discentes aprovados e a distribuição de bolsas de estudos em consonância com os requisitos determinados pelas agências de fomento se dão pela classificação dos candidatos no Exame Nacional de Acesso, consideradas separadamente as ofertas de vagas disponíveis pelas Comissões Acadêmicas Locais.

Artigo 33 - Podem matricular-se no PROFHISTÓRIA diplomados em cursos de Licenciatura reconhecidos pelo Ministério da Educação, com atuação na disciplina escolar história na Educação Básica que atendam as exigências do Edital de Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA.

Art. 34. O(a) mestrando(a) poderá requerer trancamento por, no máximo, um semestre letivo, desde que devidamente justificado, dentro de 15 (quinze) dias após o início do semestre.

§ 1º. É vedado o trancamento de matrícula no primeiro semestre de ingresso no curso;

§ 2º. O tempo relativo ao trancamento de matrícula não será computado para efeitos de integralização curricular dentro do prazo máximo fixado;

§ 3º. O(a) mestrando(a) que não realizar sua matrícula no prazo previsto ou não solicitar trancamento, de acordo com o disposto no *caput* deste artigo, será notificado pela coordenação, dando-lhe prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para regularizar sua situação, sob pena de ser oficialmente desligado do Curso.

§ 4º. Terá sua matrícula suspensa o(a) mestrando(a) que, sem comunicar ao(à) coordenador(a) do Curso, deixar de comparecer às atividades acadêmicas por prazo superior a 30 (trinta) dias.

Art. 35. Será desligado do Curso o(a) mestrando(a) que for reprovado em duas disciplinas oferecidas pelo Curso ou não alcançar a média geral de aproveitamento nas disciplinas, que não poderá ser inferior a B, conforme disposto no artigo.

Parágrafo único: observadas a existência de vagas e a possibilidade de conclusão do Curso dentro do prazo máximo previsto, o Colegiado do Curso poderá conceder, mediante solicitação do(a) interessado(a), reingresso ao(à) aluno(a) cuja matrícula tenha sido suspensa.

Art. 36. O Curso aceita matrícula de alunos em regime especial nas seguintes condições:

§1º. Poderá ser aceita matrícula de aluno(a) especial com direito a atestado de frequência e aproveitamento, mediante aprovação dos professores responsáveis pelas disciplinas.

§2º. Para ser aceita sua matrícula, o(a) aluno(a) em regime especial deverá ter concluído o curso de graduação.

§3º. As normas para ingresso como aluno(a) especial serão previstas em Edital específico.

Art.37. A bolsa de estudos será cancelada em caso de uma reprovação em disciplina.

CAPÍTULO VII DA ORIENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Art. 38. Cada mestrando(a) terá um(a) orientador(a) de dissertação escolhido(a) dentre os professores do Curso, mediante instrumento formal, após o processo de seleção.

§1º. A orientação de dissertação dar-se-á a partir da homologação do resultado final do processo seletivo de ingresso no Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA).

§2º. Em casos excepcionais, poderão ser aprovados coorientadores, vinculados ou não ao Curso, desde que haja a aprovação do Colegiado do Curso.

§ 3º. Em caso de afastamento do(a) professor(a) orientador(a) por um período superior a 6 meses será obrigatória a aprovação, pelo Colegiado do Curso, de um(a) coorientador(a) vinculado(a) ao Mestrado Profissional, preferencialmente aquele(a) sugerido(a) pelo(a) professor(a) orientador(a).

§ 4º. A orientação poderá ser substituída por solicitação devidamente justificada do(a) mestrando(a) ou do orientador(a), desde que aprovada pelo Colegiado do Curso.

Art. 39. Compete a(o) orientador(a) do trabalho de pós-graduação:

- I. Aprovar e supervisionar o plano de trabalho do(a) mestrando(a);
- II. Orientar o(a) mestrando(a) na escolha da disciplina eletiva e atividades cursadas, na seleção de bibliografia, na definição de metodologia de pesquisa, na participação de eventos científicos, na organização do tempo para elaboração do trabalho final;
- III. Propor as bancas para o Exame de Qualificação e defesa do trabalho final para apreciação e aprovação do Colegiado do Curso;
- IV. Presidir as sessões de Exame de Qualificação e de defesa do trabalho final.

Art. 40. Até o terceiro semestre após ingresso no curso, o(a) mestrando(a) deverá submeter-se ao Exame de Qualificação do projeto.

§1º. O Exame de qualificação do Projeto corresponde à elaboração do Projeto de Mestrado Profissional e deve contemplar, necessariamente, a parte crítico-analítica que engloba as duas primeiras dimensões. Trata-se de um texto acadêmico no qual é preciso constar: a explicitação e a justificativa do tema e o problema de pesquisa, os objetivos do trabalho e as interlocuções do trabalho final pretendido.

Art. 41. O(a) orientador(a) comporá a banca de exame de qualificação que será homologada pelo Colegiado.

§1º. A banca de qualificação será integrada pelo (a) orientador(a), que a presidirá, e por mais dois doutores sendo obrigatoriamente um do Mestrado Profissional em História da UDESC e outro de um Programa de Pós-Graduação externo, preferencialmente de outra Instituição de Ensino Superior.

§2º. Em caso de afastamento do(a) professor(a) orientador(a), a banca será presidida pelo(a) coorientador(a) escolhido(a) de comum acordo entre o(a) orientador(a) e o(a) coorientando(a).

CAPÍTULO VIII

ATIVIDADES CURRICULARES

Art. 42. O PROFHISTÓRIA prevê 510 (quinhentas e dez) horas de atividades didáticas, correspondentes a 34 (trinta e quatro) créditos entre disciplinas obrigatórias, incluindo o Trabalho de Final de Curso, e disciplinas optativas.

Parágrafo único - As descrições, ementas e bibliografias das disciplinas são discriminadas em um Catálogo de Disciplinas, a ser elaborado e revisado regularmente pela Coordenação Acadêmica Nacional, sujeito a aprovação do Comitê Gestor.

Art. 43. A organização curricular deve observar rigorosamente o projeto acadêmico pedagógico do PROFHISTÓRIA, estruturado nas seguintes Linhas de Pesquisa: 1ª) Saberes históricos no espaço escolar; 2ª) Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão; 3ª) Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

CAPÍTULO IX

PRAZOS E REQUISITOS PARA CONCLUSÃO

Art. 44. Para conclusão do PROFHISTÓRIA e obtenção do respectivo grau de Mestre, o discente deve:

Integralizar, com aprovação, 34 (trinta e quatro) créditos em disciplinas, incluindo todas as disciplinas obrigatórias, o Exame de qualificação do projeto e o Trabalho Final de curso.

Art. 45. A manutenção da bolsa de estudos pelo discente está condicionada à execução, em cada período letivo, de duas disciplinas e do Trabalho Final de curso, exceto em circunstâncias excepcionais, a critério da Comissão Acadêmica Nacional.

Parágrafo único - A bolsa de estudos será cancelada em caso de uma reprovação em disciplina.

CAPÍTULO X DA DEFESA PÚBLICA E CONCESSÃO DO GRAU

Art. 46. A conclusão do Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) dá-se em uma defesa pública do trabalho.

Art. 47. Para solicitar a banca de defesa do trabalho o(a) acadêmico(a) deverá ter:

- I. Integralizado os créditos das disciplinas obrigatórias e optativas, com média geral de aproveitamento não inferior a B de acordo com o presente Regimento;
- II. Ter sido aprovado(a) no Exame de Qualificação.

Art. 48. O Trabalho Final do PROFHISTÓRIA tem por objetivo traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação bem como gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais dessa área nos diferentes contextos onde são mobilizadas diferentes formas de representação do passado.

Parágrafo 1º - A natureza desse trabalho final, a despeito do formato que possa vir a assumir, deve traduzir obrigatoriamente as três dimensões trabalhadas ao longo do curso: (i) a apropriação dos estudos e debates recentes sobre as temáticas trabalhadas; (ii) a criticidade em termos do conhecimento e práticas acumuladas na área e (iii) as possibilidades de produção e atuação na área do ensino de História que contribuam para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula. Para tal ele constará de duas partes: uma parte crítico-analítica (dimensões i e ii) e uma parte propositiva (dimensão iii).

Parágrafo 2º - O produto final pode assumir diferentes formatos como: texto dissertativo, documentário, exposição; material didático; projeto de intervenção em escola, museu ou espaço similar, a condição que incorpore as três dimensões anteriormente explicitadas.

Parágrafo 3º - O trabalho final será realizado e avaliado em duas etapas. Etapa 1: Exame de qualificação do projeto, que corresponde à elaboração do Projeto de Mestrado Profissional e deve contemplar, necessariamente, a parte crítico-analítica que engloba as duas primeiras dimensões. Trata-se de um texto acadêmico no qual é preciso constar: a explicitação e a justificativa do tema e o problema de pesquisa; os objetivos do trabalho e as interlocuções teóricas privilegiadas, bem como, o plano que especifica e justifica o formato do trabalho final pretendido. Essa etapa deve estar concluída até o final do terceiro semestre, quando o aluno deverá apresentar e discutir, com uma banca formada por três professores, sendo um o orientador, seu projeto de trabalho final. Cumprida essa fase, será considerado apto a desenvolver plenamente a segunda etapa do processo. Etapa 2: Defesa do Trabalho Final com a realização da parte propositiva de seu projeto relacionado diretamente com a análise realizada na primeira parte. O Trabalho Final deverá ser defendido até o final do quarto semestre do curso.

Parágrafo 4º - A avaliação é feita em arguição pública por banca qualificada composta por três professores doutores, sendo um deles o orientador e tendo a participação de ao menos um professor externo à Instituição Associada.

Art. 49. A banca examinadora do trabalho final será composta por, no mínimo, três doutores, um dos quais, o(a) residente(a) da banca, será o(a) orientador(a), sendo obrigatoriamente um integrante de outra Instituição de Ensino Superior.

§1º. Na impossibilidade de participação do(a) orientador(a) ou do(a) coorientador(a), o Colegiado designará um(a) docente do Programa para presidir a sessão pública de defesa do trabalho de conclusão de Curso.

§2º. Exceto na situação contemplada no parágrafo anterior, o(a) coorientador(a) não poderá participar da banca examinadora, devendo ter seu nome registrado nos exemplares do trabalho final e na ata da defesa.

§3º. A banca examinadora será proposta pelo(a) orientador(a) e homologada pelo Colegiado do Curso.

§4º. A constituição da banca examinadora incluirá, necessariamente, um membro suplente, com titulação igual à dos integrantes titulares.

Art. 50. Aprovada a banca examinadora, o(a) candidato(a) deverá enviar as 4 (quatro) cópias do trabalho para os membros da banca.

Parágrafo único. A Secretaria encarregar-se-á do envio dos exemplares à banca examinadora, desde que os receba num prazo não inferior a 30 dias.

Art. 51. O parecer da banca examinadora será numa das seguintes modalidades:

- I. Aprovação;
- II. Reformulação, a ser apresentada ao(à) orientador(a) no prazo máximo de 60 dias;
- III. Reprovação, ficando a critério da banca examinadora a possibilidade de estipular nova defesa pública em até seis meses.

Parágrafo único. Em caso da impossibilidade da presença de integrante externo da banca, seu parecer poderá ser apresentado por escrito ou na forma de vídeo conferência, desde que haja condições técnicas.

Art. 52. A defesa do trabalho e o resultado final da avaliação serão registrados pelo(a) presidente(a) da banca, em documento específico, assinado pelos demais integrantes e entregue à Secretaria do Curso.

§1º. A homologação do resultado ficará condicionada à entrega, por parte do(a) aluno(a), de 2 (duas) cópia digitalizadas e uma cópia impressa do trabalho na Secretaria do Curso.

§2º. O(a) aluno(a) terá 90 (noventa) dias para entregar as cópias do trabalho na Secretaria do Curso.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 53. Este Regimento entra em vigor a partir da data da sua aprovação pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES e pelos Conselhos Superiores das Universidades Associadas

Art. 54. O presente Regimento pode ser revisto pelo Comitê Gestor do PROFHISTÓRIA.

Art. 55. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Acadêmico Nacional, com possibilidade de recurso ao Comitê Gestor.



IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA: História em Rede Nacional

ÁREA BÁSICA: História

NÍVEL: Mestrado Profissional

IES: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

ENDEREÇO: Av. Pedro Calmon, 550, Edifício da Reitoria, 2º andar

BAIRRO: Ilha do Fundão

CIDADE: Rio de Janeiro

CEP: 21941-901

TELEFONE: (21) 2598-9602/ 9603

ESFERA ADMINISTRATIVA: Federal

DADOS DA REITORIA

Nome: Carlos Antônio Levi da Conceição

E-mail: reitoria@reitoria.ufrj.br

Telefone: (21) 2598-9602/9603

DADOS DA PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitora: Debora Foguel

E-mail: pro-reitor@pr2.ufrj.br

DADOS DA COORDENAÇÃO DO PROFHISTÓRIA / INSTITUTO DE HISTÓRIA

Coordenadora: Marieta Moraes Ferreira

E-mail: marieta@fgv.br



MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA

1. CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. Contextualização Institucional e Regional

O Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA), oferecido em rede nacional, é um curso presencial que conta com a participação de Instituições de Ensino Superior, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este Programa tem alcance nacional e objetiva, a médio prazo, ser um instrumento importante de formação continuada dos professores da Educação Básica brasileira, que atuam na disciplina escolar História.

A escolha da Universidade Federal do Rio de Janeiro deve-se a sua experiência na participação em formas associativas de pós-graduação, a exemplo de vários MINTERS e DINTERS PRONEXs, PROCADs etc. Além disso, participam do projeto docentes vinculados a três Programas de Pós-Graduação da UFRJ, sendo dois em História e um em Educação.

1.2. Histórico do Curso

Este projeto nasceu do interesse de um grupo de professores do estado do Rio de Janeiro pela proposta da CAPES relativa à criação de programas de pós-graduação profissional (mestrado) em rede nacional. A proposta foi inicialmente apresentada pela Professora Doutora Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ) e desenvolvida por docentes vinculados a seis instituições do Rio de Janeiro, a saber: Alexandre Fortes (UFRRJ), Ana Maria Monteiro (UFRJ), Carmen Gabriel (UFRJ), Felipe Magalhães (UFRRJ), Giselle Martins Venâncio (UFF), Helenice Rocha (UERJ), Keila Grinberg (UNIRIO), Luis Reznik (PUC-Rio), Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO), Márcia Chuva (UNIRIO), Márcia de Almeida Gonçalves (UERJ), Mariana Muaze (UNIRIO), Rebeca Gontijo (UFRRJ) e Regina Bustamante (UFRJ). Esse grupo inicial foi responsável pela elaboração do projeto e do regimento do Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA) que, posteriormente, agregou novos colaboradores do Rio de Janeiro e de outras regiões do país. No total, participam docentes vinculados a seis Instituições de Ensino Superior da região sudeste do país; quatro da região sul; uma da região nordeste; e uma da região Centro-Oeste, conforme a indicação a seguir:

(a) Região Sul:

Universidade do Estado de Santa Catarina
Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



(b) Região Nordeste:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

(c) Região Sudeste:

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal Fluminense
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

(d) Região Norte:

Universidade Federal de Tocantins

Sob este formato em rede, existe a precedência do Mestrado Profissional em Matemática, já implantado e coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática, e do Mestrado Profissional em Letras, em fase de implantação, coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No Brasil, atualmente, existem três programas aprovados de Mestrado Profissional na área de História – Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da Fundação Getúlio Vargas; Mestrado Profissional em História, da Universidade Federal do Rio Grande; Mestrado Profissional em Ensino de História: Fontes e Linguagens, da Universidade Federal de Caxias do Sul. Os dois últimos estão voltados para a área de Ensino de História. Ainda que se possa destacar a relevância e o pioneirismo dessas iniciativas, estes programas têm impacto local. A proposta do mestrado profissional em rede visa ampliar o número de docentes da Educação Básica a serem beneficiados, bem como possibilitar intercâmbios entre universidades interessadas em apoiar este tipo de formação continuada de professores.

1.3. Cooperação e intercâmbio

O programa organizar-se-á com a participação das Instituições Associadas, sob a coordenação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.4. Número de vagas

O número de vagas será solicitado pela Comissão Acadêmica Local, de acordo com a disponibilidade de seu corpo docente, para a Comissão Acadêmica Nacional, que deliberará sobre o número definitivo de vagas.



2. INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE ENSINO E PESQUISA

Com sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o PROFHISTÓRIA é concebido em rede nacional com polos nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do País. As Instituições comprometidas com o Programa apresentam infraestrutura adequada, com previsão de ampliação a partir de aportes da CAPES.

A coordenação do PROFHISTÓRIA reúne pesquisadores respeitados na área que reconhecem os compromissos requeridos por projetos de grande porte. Os docentes são altamente experientes nas especialidades demandadas pela proposta, com produção qualitativa e quantitativamente robusta e vocacionada ao empreendimento de formação de professores e de produção de material didático voltado para a área como subsídios concretos à atuação em sala de aula na Educação Básica.

Numa concepção em rede, o PROFHISTÓRIA funcionará com um conjunto integrado de Instituições Associadas, desenvolvendo:

- a- formação em base curricular comum, visando, respeitadas as diferenças regionais, promover experiências similares de formação continuada de professores;
- b- pesquisas de natureza teórica e prática com base nos *corpora* a ser constituídos; e
- c- materiais didáticos inovadores.

A infraestrutura necessária ao funcionamento do PROFHISTÓRIA será garantida por cada uma das Instituições Associadas que integram esta proposta.

As atividades de ensino serão assumidas pelo corpo docente que compõe núcleo permanente de cada Instituição. Eventualmente, professores cadastrados como colaboradores também poderão ministrar disciplinas.

O corpo docente do PROFHISTÓRIA é formado por docentes, com grau de doutor em História, Educação ou áreas afins, incluindo o Coordenador Acadêmico Local, credenciados pela Comissão Acadêmica Nacional e homologados pelo Comitê Gestor.



3. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

O público alvo do curso de mestrado profissional em História é composto por professores da Educação Básica, que atuam com a disciplina escolar história.

3.1. Objetivos / Perfil

A capacitação de docentes em nível de Mestrado Profissional, como pretende o PROFHISTÓRIA, tem como meta mais ampla **contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de História na Educação Básica.**

O PROFHISTÓRIA busca, também, concretizar os seguintes objetivos:

1. qualificar os mestrandos/docentes para desenvolver múltiplas competências comunicativas dos alunos em ambiente *online* e *off-line*;
2. oferecer subsídios para a utilização de estratégias de mediação em enquadres distintos em sala de aula;
3. fornecer instrumental para que os mestrandos/docentes possam conduzir o processo de avaliação crítica da realidade em suas múltiplas facetas;
4. desenvolver com os mestrandos/docentes estratégias para estimular a capacidade de verificação da fidedignidade das informações históricas, levando em consideração sua origem, o momento e o contexto de sua produção;
5. oferecer subsídios para o reconhecimento do potencial patrimonial dos espaços urbanos e rurais para o ensino de História na Educação Básica;
6. propiciar a reflexão sobre a centralidade da dimensão temporal dos eventos e da ação humana, bem como sobre a sua transposição didática; e
7. instrumentalizar os docentes da Educação Básica a fim de elaborar material didático inovador que lance mão, quando conveniente e relevante, de recursos tecnológicos à disposição.

Com esses objetivos em mente e considerando as múltiplas tendências teórico-metodológicas e uma perspectiva transdisciplinar, o PROFHISTÓRIA busca a **formação continuada de professores de História voltados para a inovação na sala de aula, ao mesmo tempo que, de forma crítica e responsável, possam refletir acerca de questões relevantes sobre diferentes usos da informação de natureza histórica**



presentes contemporaneamente na sociedade. Esse professor precisará responder aos desafios educacionais do Brasil contemporâneo, considerando princípios fundamentais da construção da educação histórica.

3.2. Justificativa

A solicitação de constituição e de consolidação de uma rede nacional se justifica pelos seguintes motivos:

- (a) A despeito da conjuntura econômica em ascensão, o Brasil vem sendo classificado em níveis muito baixos quanto ao desempenho na Educação Básica, tanto em avaliações entre os países do mundo, quanto naquelas que comparam as distintas localidades do país, ressalvadas as diferenças regionais já sobejamente conhecidas.
- (b) A priorização da carreira acadêmica e a excessiva especialização temática dos objetos de investigação em História vêm colocando a formação dos docentes da Educação Básica em um plano secundário.
- (c) É importante estabelecer um equilíbrio entre as atividades de ensino e pesquisa com o objetivo de formar professores com uma sólida formação historiográfica e, ao mesmo tempo, com os recursos necessários para o exercício de suas atividades docentes.
- (d) Com a LDB (9394/1996) atribuindo maior carga horária para a formação de professores, alguns cursos de graduação em História buscaram ampliar a responsabilidade pelo processo de formação de professores.
- (e) Esta nova preocupação tem levado à organização, por alguns programas de pós-graduação no Brasil, de linhas de pesquisa em Ensino de História, e à criação de grupos de pesquisa, como o GT de Ensino de História da ANPUH e o Oficinas de História, que têm estimulado o fortalecimento da área de Ensino de História como um campo específico de investigação.
- (f) A elaboração de material de síntese, como livros didáticos, implica em grandes dificuldades e desafios, pois o currículo de história impõe um alargado e aprofundado conhecimento do conteúdo.

3.3. Carga Horária



O PROFHISTÓRIA prevê o cumprimento de 510 (quinhenta e dez) horas num prazo de 2 (dois) anos. Dentre as disciplinas, cada uma de 60 (sessenta) horas (4 créditos), 2 (duas) são obrigatórias, 4 (quatro) são optativas e 1 (uma) é eletiva. Cada um dos seminários de pesquisa e tutoria têm 45 horas (3 créditos). Para integralizar o curso, o aluno deverá cursar, no mínimo, 34 créditos.

4. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

O PROFHISTÓRIA possui uma Área de Concentração: **Ensino de História**. A essa Área de Concentração vinculam-se três Linhas de Pesquisa: **Saberes Históricos no Espaço Escolar**; **Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão**; e **Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória**.

4.1. Descrição da Área de Concentração

Área de Concentração: Ensino de História

Descrição: Como o conhecimento histórico pode contribuir para a reflexão sobre a relação entre passado / presente / futuro, permeada pela lembrança, pelo esquecimento e pelas expectativas de indivíduos e grupos, considerando que lembrar e esquecer são aspectos constitutivos da vida em sociedade, das identidades culturais e do pertencimento político? Partindo dessa questão, a pós-graduação com ênfase em Ensino de História dirige-se a duas demandas complementares. De um lado, à exigência de reflexão sobre o ensino escolar, considerando seus saberes e práticas, bem como a relação com a disciplina de referência. De outro, à necessidade de compreensão das múltiplas formas de ensinar e aprender história vigentes na sociedade contemporânea, para além da escola, que tensionam continuamente tanto à historiografia profissional como o ensino da disciplina em seus diferentes níveis. Isso porque o movimento atual em direção à memória e a luta por direitos contribuíram para acirrar as disputas sobre a escrita e o ensino da história, diversificando suas formas e promovendo múltiplos usos (e abusos) do passado. Cabe ao profissional da área investigar esse complexo movimento e os variados recursos ao conhecimento histórico, de modo a compreender a historicidade das experiências e as muitas possibilidades de escrever e ensinar a história.

4.2. Descrição das Linhas de Pesquisa



Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar

Descrição: A Linha de Pesquisa desenvolve pesquisas sobre o processo de ensino e aprendizagem da história, considerando as especificidades dos saberes e práticas mobilizados na escola. O foco recai sobre as condições de formação do estudante e do professor e o exercício do ensino de História na escola, pensada como lugar de produção e transmissão de conteúdos, que atende a formas de organização e de classificação do conhecimento histórico por meio do currículo. Esse último é compreendido como conhecimento historicamente constituído, uma forma de regulação social e disciplinar.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão

Descrição: A Linha de Pesquisa desenvolve estudos sobre a questão da linguagem e da narrativa histórica, considerando diferentes tipos de suportes, tais como livros, filmes, programas televisivos, sítios da Internet, mapas, fotografias etc. A partir da problematização do uso da linguagem, o objetivo é produzir materiais destinados ao uso educativo, considerando também as possibilidades de difusão científica da História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Descrição: A Linha de Pesquisa desenvolve investigações sobre a produção e aprendizagem da História fora do espaço escolar, considerando lugares distintos como os museus, o teatro, os centros culturais e o espaço urbano em geral. Identificando a história como prática sociocultural de referência, o foco recai sobre as variadas formas de representação e usos do passado no espaço público, com características distintas daquelas observadas na escola, a saber: o turismo de caráter histórico, os monumentos, as festas cívicas e as exposições.

5. MATRIZ CURRICULAR



Para atender à formação básica e específica, o PROFHISTÓRIA prevê um processo de seleção baseado em prova escrita, com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento em História e a capacidade de leitura e escrita. Essa etapa será conduzida por uma Comissão de Avaliação Nacional.

Uma vez selecionados, os alunos do PROFHISTÓRIA deverão cursar **2 (duas) disciplinas obrigatórias** (cf. 5.1); **4 (quatro) disciplinas optativas** vinculadas a qualquer uma das Linhas de Pesquisa e **1 (uma) eletiva** (cf. item 5.2); e **dois seminários, de pesquisa e tutorial** (cf. item 5.3). O seminário de pesquisa é uma disciplina na qual o aluno deverá desenvolver seu projeto de trabalho final; o seminário tutorial é composto dos encontros de orientação entre o aluno e seu professor-orientador.

Com relação às disciplinas obrigatórias, haverá uma Coordenação Nacional responsável por encaminhar a discussão sobre como será a prova de avaliação da disciplina, tanto em relação ao conteúdo quanto aos aspectos metodológicos.

A oferta das disciplinas optativas e dos seminários, por seu turno, levará em conta as especificidades das Instituições Associadas.

O trabalho final tem por objetivo traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação, bem como gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais dessa área nos diferentes contextos onde são mobilizadas formas diversas de representação do passado.

A natureza desse trabalho final, a despeito do formato que possa vir a assumir, deve traduzir obrigatoriamente as três dimensões abordadas ao longo do curso:

- (i) a apropriação dos estudos e debates recentes sobre as temáticas trabalhadas;
- (ii) a criticidade em termos do conhecimento e práticas acumuladas na área; e
- (iii) as possibilidades de produção e atuação na área do ensino de história que contribuam para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de história dentro e/ou fora da sala de aula. Para tal ele constará de duas partes: uma parte crítico-analítica (dimensões i e ii) e uma parte propositiva (dimensão iii).

O produto final pode assumir diferentes formatos como: **texto dissertativo, documentário, exposição; material didático; projeto de intervenção em escola, museu ou espaço similar**, a condição que incorpore as três dimensões anteriormente explicitadas.

O trabalho final será realizado e avaliado em duas etapas. A primeira etapa corresponde ao **exame de qualificação**, que consiste da **apresentação e defesa do projeto de trabalho final**, que **deve contemplar necessariamente a parte crítico-analítica do curso**. Trata-se de um **texto acadêmico** no qual é preciso



constar: a explicitação e justificativa do tema e problema de pesquisa; os objetivos do trabalho e as interlocuções teóricas privilegiadas bem como o plano que especifica e justifica o formato do trabalho final pretendido. Essa etapa deve estar concluída até o final do terceiro semestre, quando o aluno deverá apresentar e discutir o trabalho com uma **banca formada por três professores, sendo um o orientador**.

A segunda etapa corresponde ao **trabalho final propriamente dito**, em um dos formatos estabelecidos em conjunto com o professor-orientador, que deverá ser defendido até o final do quarto semestre do curso. **A defesa é feita em arguição pública por banca qualificada composta por três professores doutores, sendo um deles o orientador e tendo a participação de ao menos um professor externo ao Programa.**

Desta forma, a organização curricular terá o seguinte formato:

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Teoria da História <i>4 créditos</i>	Optativa <i>4</i>	Eletiva <i>4</i>	Seminário Tutorial <i>4</i>
História do Ensino de História <i>4u</i>	Optativa <i>4</i>	Seminário de Pesquisa <i>3 4</i>	<i>3</i>
Optativa <i>4 créditos</i>	Optativa <i>4</i>		

5.1. Disciplinas Obrigatórias

Disciplina: Teoria da História

Ementa: O estatuto epistemológico da história. História, historiografia e historicidade. Tempo histórico e experiência. Usos do contexto. Objetividade e subjetividade em história. O particular e o geral. História, verdade e prova. Retórica e conhecimento histórico. História e memória. História e identidades sociais. A narrativa histórica. O método histórico. O uso dos conceitos pelo historiador. A construção do objeto histórico. A operação historiográfica: lugar social, práticas e texto. Arquivo, compreensão/explicação e representação. Os conceitos antigo e moderno de história. A história-problema. Escalas de análise. Teorias e filosofias da história. A disciplinarização da história. A história como ciência social.

Bibliografia:

- ✗ ANKERSMIT, Frank. *A escrita da história: natureza da representação histórica*. Londrina: Edue, 2012.
- ARENDT, Hannah. O conceito antigo e moderno de história [1954]. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa-América, 1990.
- BOUTIER, J., JULIA, D. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998.
- BURKE, Peter. *A Escrita da História (Novas Perspectivas)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.



- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo da Epistemologia (1968). In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização e seleção de textos de Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 82-118.
- GADAMER, Hans-Georg e Pierre Fruchon (org.). *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. e KOSELLECK, Reinhart. *Historia y hermeneutica*. Madrid: Paidós, 1997.
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IGGERS, Georg G. *La ciencia histórica en el siglo XX*. Barcelona: Idea Books, 1998.
- * JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. Ethical responsibility and the historian: on the possible end of a history "of a certain kind". *History and Theory*, (43):43-60, dez. 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. *L'expérience de l'histoire*. Paris : Gallimard – Le Seuil, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. A narrativa na escrita da história e na ficção. In: _____. *A aguarrás do tempo*. Estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 15-121.
- MALERBA, Jurandir e ROJAS, Carlos Aguirre (org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: EDUSC, 2007.
- MUDROCVIC, Maria Ines. *Historia, narración y memoria*. Los debates actuales en filosofía de la historia. Madrid: Akal, 2005.
- MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. 1ª. ed. 1997. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OPHIR, Adi. Das ordens do arquivo. In: SALOMON, Marlon (org). *Saber dos Arquivos*. Goiânia: Ricochete, 2011, p. 73-98.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- REVEL, Jacques. *Proposições. Ensaios de História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009.
- _____. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: UFPR, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.
- RUSEN, Jorn. *História Viva*. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007.
- RUSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.
- RUSEN, Jorn. *Reconstrução do Passado*. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007.
- WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário [1974]. In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alírio C. de Franca. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 97-116.
- _____. *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Paidós, 1992.



Ementa: A emergência da história como campo disciplinar no século XIX. Os debates acerca do lugar do ensino da história. As diferentes concepções sobre o ensino, a aprendizagem e os conhecimentos históricos necessários para a história escolar. A trajetória do ensino de história na educação básica. A criação dos cursos universitários de história e a profissionalização dos professores. A produção historiográfica e a articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Demandas sociais e ensino de história.

Bibliografia:

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. *Pátria, civilização e trabalho*. O ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo: s/e, 1988.

_____. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2001.

CEZAR, Temístocles, Lição sobre a escrita da História. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX, Diálogos*. Maringá, (8):11-29, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O Ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Manguinhos - História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, 19(2), abril-junho 2012.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História e Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GONCALVES, Marcia de Almeida et alii. *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012.

JOUTARD, Phillippe. L'enseignement de l'histoire. In: BÉDARIDA, François (org.). *L'histoire et le métier d'historien en France 1945-1995*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1995, p. 45-55.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Histórias do ensino de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro, Mauad, 2007.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: Trajetória e perspectivas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado*. Uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

REZNIK, Luís, A construção da memória no ensino da História. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (org.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 2004, p. 339-350.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

5.2. Disciplinas Optativas

Disciplina: Didática da História: Trajetória, Desafios e Perspectivas

Ementa: Didática da história como campo de pesquisa e disciplina acadêmica. Trajetória de construção da Didática de História. Diferentes concepções de didática e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem de história. Planejamento e Avaliação em História. A sala de aula de História. Recursos didáticos como suportes do conhecimento histórico recontextualizado em objeto de ensino. Papéis e usos do livro didático em sala de aula. Escola como espaço de formação do professor de história

Bibliografia:



ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHMIDT, M. A. e CAINELLI, M. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Thelma N. M. B e RABELLO, Heloísa. *O Ensino da História – utilização do documento escrito*. Niterói: EDUFF, 1992.

SOUSA, Ana et alii (org.). *Novas estratégias, novos recursos no ensino de história*. Lisboa: Asa, 1993.

VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: Alternativas em perspectiva. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago.93.

2 Disciplina: Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira

Ementa: Histórico das medidas legais (leis e pareceres) que instituíram a obrigatoriedade da inclusão desses conteúdos nos currículos das escolas brasileiras. As reflexões sobre a definição de parâmetros para o ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira e suas consequências na formação de professores de História, bem como a análise de experiências de implementação dos referidos conteúdos nos currículos escolares, considerando os temas e abordagens privilegiados por professores de História nas escolas e a produção de materiais didáticos. História da África como disciplina acadêmica: discussão sobre temas e debates presentes no ensino universitário. A produção de saberes a partir de sujeitos externos ao ambiente universitário: projetos, programas e a atuação de movimentos sociais e comunidades negras na construção do conhecimento nesse campo.

Bibliografia:

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História. Conceitos, temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Casa da Palavra, 2003.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 21(41), jan./jun., 2008.

LIMA, Mônica. História da África: temas e questões para a sala de aula, *Cadernos PENESB nº7*. Rio de Janeiro/Niterói, Quartet/UFF, 2006, p. 71-105.

LOVEJOY, Paul e BOWSER, Benjamin (eds.). *The transatlantic slave trade and slavery: new directions in teaching and learning*. Trenton, NJ: Africa World Press, 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras: Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). *História*. São Paulo, 2009, p.143-172.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. *História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação de professores de História*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

PANTOJA, Selma & ROCHA, Maria José (orgs). *Rompendo silêncios. História da África nos currículos da Educação Básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004.



ROCHA, Helenice, MAGALHÃES, Marcelo e GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade)-Ministério da Educação. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal 10.639/03*. Brasília: MEC-SECAD, 2005.

3 **Disciplina:** Ensino de História e a Questão das Temporalidades

Ementa: Tempo histórico como elemento estruturante da produção do conhecimento histórico. Conceito de tempo histórico em diferentes matrizes teóricas. O tempo histórico: duração, ritmo, sucessão, simultaneidade, permanências e continuidades. Ensino de história e regimes de historicidade. Desafios pedagógicos na recontextualização didática do tempo histórico. Conceitos como: narrativa histórica, identidade narrativa e consciência histórica. Tempo histórico e história ensinada: propostas curriculares, livros didáticos, narrativas de professores e alunos em sala de aula.

Bibliografia:

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidades: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONTIJO, Rebeca; MAGALHAES, Marcelo; ROCHA, Helenice (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 35-50.

HARTOG, François. Tempo e História: "Como escrever a história da França hoje?". *História Social*, Campinas, Unicamp, n. 3, 1996, p. 127-154.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória*. Almanaque Abril: O tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru: Edusc, 2009.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia* (on-line), Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), nº 02, p. 163-209, março 2009.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*. Ponta Grossa, 1(2): 7-16, jul./dez. 2006.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado*. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

4 **Disciplina:** Metodologia no Ensino de História: o Pesquisador-Professor e o Professor-Pesquisador

Ementa: O método de pesquisar História e o método de ensinar História. A pesquisa histórica no ensino de História. A importância do professor-pesquisador. A importância dos alunos-pesquisadores. A utilização de oficinas em sala de aula. A pesquisa e a internet. Elaboração de projetos específicos.



Bibliografia:

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.
- CARRETERO, Mario (org.). *Construir e Ensinar – As Ciências Sociais e a História*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e FRANCO, Renato. *Aprendendo História*. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.
- KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia (org.). *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996.
- LAGOA, Ana Mascia, GRINBERG, Keila e GRINBERG, Lucia. *Oficinas de História: projeto curricular de Ciências Sociais e de História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.
- MACHADO, Nilson. *Epistemologia e Didática*: São Paulo, Cortez, 1996.
- NETO, José Miguel Farias. Dez Anos de Pesquisas em Ensino de História. *Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino de História*. Londrina, 2005.
- Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.
- SOUSA, Ana et alii (org.). *Novas estratégias, novos recursos no ensino de história*. Lisboa: Asa, 1993.

5 Disciplina: Currículo de História: Memória e Produção de Identidade/Diferença

Ementa: Diferentes concepções de currículo e suas implicações para a reflexão sobre o ensino de história. Relação entre currículo e memória como territórios contestados. Diferenciação entre memória e história. Historiografia escolar, história ensinada e o debate político contemporâneo que envolve a questão identitária. Articulações entre os diferentes processos de identificação (nacional, sociocultural) no conhecimento histórico didatizado. Currículo de história e a questão da alteridade no tempo e no espaço.

Bibliografia:

- ANHORN, Carmem T. G. *Um objeto de ensino chamado história*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Tese de Doutorado apresentada no PPGE, 2003.
- FONSECA, T. N. de L. A História como disciplina escolar no Brasil. In: FONSECA, T. N. de L. *História & Ensino de História*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003, p. 37-70.
- MAGALHÃES, Marcelo, História e cidadania: por que ensinar história hoje? In: ABREU, M. e SOIHET, R. (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 168-184.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais – História*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais – Temas Transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília, DF: MEC/SEMT, 1999.
- SILVA, Marcos A. Ensino de História, exclusão social e cidadania cultural – contra o horror pedagógico. In: LENSKI, Tatiana e HELFER, Nadir E. (orgs.). *A memória e o ensino de história*. São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.



Disciplina: Narrativa, Imagem e a Construção do Fato Histórico

Ementa: Delimitação do campo de sentido de fato histórico: fato como narração, fato como condensação do tempo histórico. Conceituação de narrativa visual e os seus suportes. Mídia e a factualização da história, recursos para uma crítica e metodologias de análise. Estratégias de apresentação do fato histórico por meio de narrativas visuais.

Bibliografia:

- CARDOSO, Ciro & MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: o caso da fotografia e do cinema. In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p. 401-417.
- CIAVATTA, Maria. *O Mundo do Trabalho: A Fotografia como Fonte Histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ, 2002.
- DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. São Paulo: Editora Papirus, 2000.
- FERREIRA, Jorge & SOARES, Mariza de Carvalho (org.). *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, 15(28): 151-168, dez. 2008.
- MOCELLIN, Renato. *Cinema e o Ensino de História*. São Paulo: Nova Didática, 2002.

6 **Disciplina:** Produção de Material Didático e o Universo Virtual

Ementa: Estudo de suportes tecnológicos aplicados ao ensino de História, tais como ambientes virtuais de aprendizagem, editores de texto colaborativo, aplicativos, jogos, entre outros. Construção de ambientes virtuais para realização de atividades de pesquisa e ensino de História na Educação Básica.

Bibliografia:

- BRIGGS, Asa e BURKE, Peter. *Uma história social da mídia – de Guttenbergh à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- BRUGGER, Niels. The archived website and website philology – a new type of historical document? *Nordicom Review*, 2 (29): 155-175, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet – reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DANTAS, CAMILA GUIMARAES. *O passado em bits – memórias e histórias na internet*. Rio de Janeiro: UNIRIO, dissertação de mestrado em Memória Social, 1998.
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JOHNSON, Steven. *Cultura da interface – como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- STALEY, David J. *Computers, visualization and History – how new technology will transform our understanding of the past*. New York: M.E Sharpe, 2003.



7 **Disciplina:** Educação Patrimonial e Ensino de História

Ementa: O ensino de História e o campo do Patrimônio Cultural material e imaterial. Exploração das conexões das instituições de memória com os campos da cultura, do mercado, da ciência e da educação. A partir de estudos de caso e de levantamentos gerais sobre a situação dos museus brasileiros, são examinadas as novas concepções de ensino de História nos museus trazidas pela discussão contemporânea sobre patrimônio, memória, identidade cultural e educação.

Bibliografia:

- ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESCO, 2001.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é Patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SALVADORI, Maria Ângela Borges. *História, Ensino e Patrimônio*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin Editores, 2010.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 19 (55): 53-73, jun. 2004.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. *Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica*. Ijuí: Unijuí, 2009.
- SOARES, Andre Luis Ramos; KLAMT, Sergio. *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

Disciplina: Eletiva

Descrição: Disciplina escolhida pelo aluno, com a supervisão do orientador, com o objetivo de subsidiar sua formação. Poderá ser feita fora do Programa, reconhecida a compatibilidade com seus objetivos.

5.3. Seminários

Disciplina: Seminário de Pesquisa

Ementa: Disciplina de discussão e desenvolvimento das pesquisas pelo conjunto dos alunos, com vistas ao desenvolvimento do projeto de trabalho final.

Disciplina: Seminário Tutorial

Ementa: Acompanhamento do trabalho do aluno pelo professor-orientador com vistas à preparação do trabalho final e da sua defesa.



6. CORPO DOCENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

1. Profa. Dra. Alessandra Carvalho
2. Prof. Dr. Amilcar Pereira
3. Profa. Dra. Ana Maria Monteiro
4. Profa. Dra. Carmen Teresa Gabriel
5. Prof. Dr. Fernando Valle Castro
6. Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira
7. Profa. Dra. Monica Lima
8. Profa. Dra. Regina Maria da Cunha Bustamante

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

1. Prof. Dr. Alain Kaly
2. Prof. Dr. Alexandre Fortes
3. Prof. Dr. Felipe Magalhães
4. Profa. Dra. Maria da Gloria de Oliveira
5. Profa. Dra. Patricia Bastos de Azevedo
6. Profa. Dra. Rebeca Gontijo
7. Profa. Dra. Regina Ribeiro

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Profa. Dra. Carina Martins
2. Profa. Dra. Helenice Aparecida Bastos Rocha
3. Profa. Dra. Marcia de Almeida Gonçalves
4. Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva Cabral
5. Prof. Dr. Marcos Dezemone
6. Profa. Dra. Sonia Wanderley



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1. Profa. Dra. Keila Grinberg
2. Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães
3. Profa. Dra. Mariana Muaze

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

1. Profa. Dra. Ana Maria Mauad
2. Profa. Dra. Angela de Castro Gomes
3. Profa. Dra. Hebe Mattos
4. Profa. Dra. Martha Abreu
5. Prof. Dr. Paulo Knauss
6. Profa. Dra. Samantha Viz Quadrat

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

1. Profa. Dra. Eunícia Fernandes
2. Profa. Dra. Juçara da Silva Barbosa de Mello
3. Prof. Dr. Luís Reznik

UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS / *Campus Araguaína*

1. Prof.Dr. Vasni de Almeida
2. Prof. Dr. Braz Batista Vas
3. Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior
4. Prof. Dr. Dagmar Manieri
5. Profa. Dra. Martha Victor Vieira
6. Profa. Dra. Ana Elisete Motter
7. Profa. Dra. Mariseti Cristina Soares Lunckes
8. Profa. Dra. Vera Lucia Caixeta
9. Prof. Dr. Cleube Alves da Silva
10. Prof. Dr. Marcos Edilson de Araújo Clemente
11. Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1. Profa. Dra. Claudia Mortari Malavota
2. Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva
3. Profa. Dra. Janice Gonçalves
4. Profa. Dra. Luciana Rossato
5. Profa. Dra. Luisa Tombini Wittmann
6. Prof.Dr. Luiz Felipe Falcão
7. Profa. Dra. Márcia Ramos de Oliveira
8. Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira
9. Prof.Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso
10. Prof.Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
11. Prof.Dr. Rogério Rosa Rodrigues
12. Profa. Dra. Silvia Maria Fávero Arend
13. Profa. Dra. Silvia Regina Liebel
14. Profa. Dra. Viviane Trindade Borges

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

1. Profa. Dra. Aline Dias da Silveira
2. Profa. Dra. Andréa Ferreira Delgado
3. Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
4. Prof.Dr. Carlos Eduardo dos Santos Reis
5. Profa. Dra. Clarícia Otto
6. Prof.Dr. Elison Antônio Paim
7. Prof.Dr. Henrique Pereira Oliveira
8. Profa. Dra. Jane Bittencourt
9. Profa. Dra. Liane Nagel
10. Profa. Dra. Mônica Martins da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

1. Prof. Dr. Temístocles Cezar
2. Profa. Dra. Claudia Wasserman
3. Prof. Dr. Benito Schmidt



4. Profa. Dra. Natalia Pietra Mendes
5. Profa. Dra. Regina Weber
6. Prof. Dr. Fernando Nicolazzi
7. Prof. Dr. Henrique Padrós
8. Prof. Dr. Luís Grijó

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

1. Prof. Dr. José Iran Ribeiro
2. Prof. Dr. Jorge Luiz Cunha
3. Prof. Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos
4. Prof. Dra. Leonice Aparecida de Fátima Alves
5. Prof. Dr. Claudemir de Quadros
6. Prof. Dra. Marilú Favarin Marin

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (equipe a ser confirmada)

1. Profa. Dra. Margarida Dias



REGIMENTO DO PROFHISTÓRIA

CAPÍTULO I - FINALIDADES

Artigo 1º - O Mestrado Profissional em História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA) tem como objetivo proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando a dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História.

Artigo 2º - O PROFHISTÓRIA é um curso presencial com oferta nacional, conduzindo ao título de Mestre em Ensino de História, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrado por Comissões Acadêmicas Locais vinculadas a uma ou mais Instituições de Ensino Superior.

- Parágrafo 1º - Denomina-se Comissão Acadêmica Local o conjunto de professores de uma ou mais Instituições do Ensino Superior numa determinada localidade, que é responsável pela coordenação e execução do curso, conforme expresso nos artigos 8º e 9º deste Regimento.
- Parágrafo 2º - Denomina-se Instituição Associada a Instituição de Ensino Superior que integra o PROFHISTÓRIA.

CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO

Artigo 3º - A coordenação das atividades do PROFHISTÓRIA é composta por um Comitê Gestor, pela Comissão Acadêmica Nacional e pelas Comissões Acadêmicas Locais, responsáveis pelo gerenciamento do curso em três níveis.

Artigo 4º - O Comitê Gestor constitui uma instância deliberativa e consultiva composta pelos seguintes membros com mandato de três anos e possibilidade de uma recondução:

- Representante da Comissão Acadêmica Nacional;
- Representante da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), indicado pela Reitoria da UFRJ, considerando-se a natureza do presente curso;
- Representante da Diretoria da CAPES;
- Dois representantes da comunidade científica, indicados pela Comissão Acadêmica Nacional.



Artigo 5º - São atribuições do Comitê Gestor:

- Realizar encontro anual dos participantes do PROFHISTÓRIA;
- Homologar o credenciamento de Instituições Associadas, indicados pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Coordenar um processo trienal de avaliação das Comissões Acadêmicas Locais, com base em relatório de desempenho (efetiva execução do projeto pedagógico nacional do PROFHISTÓRIA, eficácia na formação de egressos, qualidade da produção científica do corpo docente e adequação da oferta de infraestrutura física e material), para fins de credenciamento do seu corpo docente e manutenção de suas atividades;
- Homologar a eleição do Coordenador Acadêmico Nacional e do Coordenador Adjunto;
- Homologar as indicações para o cargo de Coordenador Acadêmico Local;
- Homologar o Edital do Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA;
- Manter o sistema de gestão do PROFHISTÓRIA;
- Garantir, em colaboração com o Coordenador Acadêmico Nacional, a elaboração e a realização dos Exames Nacionais de Acesso;
- Alterar o presente Regimento, por meio de proposta aprovada por 2/3 de seus membros.

Artigo 6º - A Comissão Acadêmica Nacional é uma comissão deliberativa e executiva composta pelos seguintes membros com mandato de três anos e possibilidade de uma recondução:

- Coordenador Acadêmico, que preside a Comissão Acadêmica Nacional;
- Coordenador Adjunto;
- Coordenador de Avaliação;
- Coordenador de Bolsas;
- Um Representante, em nível nacional, com direito à suplência, de cada uma das Linhas de Pesquisa que configura o PROFHISTÓRIA;

Parágrafo 1º - O Coordenador Acadêmico e o Coordenador Adjunto são eleitos pelos Coordenadores das Comissões Acadêmicas Locais.

Parágrafo 2º - O Coordenador de Avaliação e o Coordenador de Bolsas são escolhidos pelo Coordenador Acadêmico.

Parágrafo 3º - O representante de cada linha de pesquisa é eleito pelos docentes vinculados à respectiva linha.

Artigo 7º - São atribuições da Comissão Acadêmica Nacional:

- Coordenar a organização e execução de todas as ações e atividades do PROFHISTÓRIA, visando sua excelência acadêmica e administrativa;
- Elaborar o Edital de Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA e encaminhar ao Comitê Gestor;



- Garantir, em colaboração com o Comitê Gestor, a elaboração e realização dos Exames Nacionais de Acesso;
- Executar a distribuição de bolsas de estudos em consonância com os requisitos determinados pelas agências de fomento;
- Deliberar sobre as propostas de credenciamento e descredenciamento de docentes considerando o processo constituído pelas Comissões Acadêmicas Locais a partir dos critérios de credenciamento estabelecidos pela Comissão Acadêmica Nacional e homologados pelo Comitê Gestor;
- Propor o calendário anual e a programação acadêmica;
- Garantir a articulação entre as Comissões Acadêmicas Locais;
- Manter a organicidade do PROFHISTÓRIA, observando sua finalidade e projeto acadêmico;
- Apoiar a realização de atividades complementares, tais como palestras e minicursos;
- Deliberar modificações das ementas das disciplinas e dos requisitos para a conclusão do curso, propostas pelas Comissões Acadêmicas Locais;
- Definir a forma e os critérios de avaliação das disciplinas;
- Definir a forma e os critérios da obrigatoriedade da frequência dos discentes em cada atividade;
- Definir os critérios de cancelamento da matrícula e desligamento do discente no PROFHISTÓRIA;
- Definir as sanções cabíveis às infrações disciplinares dos discentes;
- Definir o prazo máximo para a conclusão do mestrado pelo discente regularmente matriculado no PROFHISTÓRIA;
- Elaborar e encaminhar relatório anual de gestão sobre suas atividades a UFRJ, Instâncias Associadas e Comitê Gestor.

Artigo 8º - A Comissão Acadêmica Local é uma comissão executiva, presidida pelo Coordenador Acadêmico Local e por um Colegiado composto pelo corpo docente e por um representante discente eleito pelos seus pares.

Parágrafo 1º - Em caso de Comissão Acadêmica Local composta por uma Instituição Associada, o colegiado será formado pelos docentes credenciados no PROFHISTÓRIA da referida instituição.

Parágrafo 2º - Em caso de Comissão Acadêmica Local composta por mais de uma Instituição Associada, o colegiado será formado pelo Coordenador Acadêmico Local e pelos coordenadores de cada Instituição Associada, eleitos pelos respectivos docentes de sua instituição.

Parágrafo 3º - O Coordenador Acadêmico Local é um docente com grau de Doutor, escolhido pelos membros da Comissão Acadêmica Local com mandato de três anos e possibilidade de uma recondução.

Parágrafo 4º - O período do mandato do representante discente é de dois anos.



Artigo 9º - São atribuições da Comissão Acadêmica Local:

- Coordenar, organizar e executar em nível local as ações e atividades do PROFHISTÓRIA, nas Instituições Associadas;
- Representar, na pessoa do Coordenador Acadêmico Local, o PROFHISTÓRIA junto aos órgãos da Instituição Associada;
- Coordenar a aplicação local dos Exames Nacionais de Acesso ao PROFHISTÓRIA;
- Propor e deliberar, a cada período, a programação acadêmica local e a distribuição de carga didática entre os membros do corpo docente local;
- Constituir processos de avaliação de credenciamento e descredenciamento de membros de seu corpo docente encaminhá-los à Comissão Acadêmica Nacional;
- Organizar atividades complementares, tais como palestras e oficinas, a serem realizadas no âmbito do PROFHISTÓRIA;
- Decidir sobre solicitações de trancamento e cancelamento de disciplinas;
- Elaborar e encaminhar à Comissão Acadêmica Nacional relatórios anuais de gestão sobre suas atividades e um relatório trienal de avaliação;
- Avaliar as disciplinas conforme os critérios definidos pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Controlar a frequência dos discentes em cada atividade conforme os critérios definidos pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Realizar cancelamento da matrícula e desligamento do discente no PROFHISTÓRIA conforme os critérios definidos pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Aplicar as sanções cabíveis às infrações disciplinares dos discentes conforme definidas pela Comissão Acadêmica Nacional;
- Garantir o fluxo de defesas no prazo estabelecido pela Comissão Acadêmica Nacional.

CAPÍTULO III – INGRESSO DISCENTE

Artigo 10 - A admissão de discentes no PROFHISTÓRIA e a distribuição de bolsas de estudos se dão por meio de um Exame Nacional de Acesso, versando sobre um programa de conteúdo previamente definido e divulgado por um Edital.

- Parágrafo 1º - O Exame Nacional de Acesso consiste num único exame, realizado pelo menos uma vez por ano, ao mesmo tempo, nas Instituições Associadas, pelas Comissões Acadêmicas Locais;
- Parágrafo 2º - As normas de realização do Exame Nacional de Acesso, incluindo os requisitos para inscrição, os horários e locais de aplicação do exame, o número de vagas em cada Instituição Associada, e os critérios de correção são definidos por Edital elaborado pela Comissão Nacional Acadêmica;
- Parágrafo 3º - A seleção dos discentes aprovados e a distribuição de bolsas de estudos em consonância com os requisitos determinados pelas agências de fomento se dão pela classificação dos candidatos no Exame Nacional de Acesso, consideradas separadamente as ofertas de vagas disponíveis pelas Comissões Acadêmicas Locais.



Artigo 11 - Podem matricular-se no PROFHISTÓRIA diplomados em cursos de Licenciatura reconhecidos pelo Ministério da Educação, com atuação na disciplina escolar história na Educação Básica que atendam as exigências do Edital de Exame Nacional de Acesso ao PROFHISTÓRIA.

Artigo 12 – Os discentes serão matriculados nas Instituições Associadas, responsáveis por emitir o Diploma de Mestre em Ensino de História, uma vez cumpridos todos os requisitos para conclusão deste curso.

CAPÍTULO IV – ATIVIDADES CURRICULARES

Artigo 13 - O PROFHISTÓRIA prevê 510 (quinhentas e dez) horas de atividades didáticas, correspondentes a 34 (trinta e quatro) créditos entre disciplinas obrigatórias, incluindo o Trabalho de Final de Curso, e disciplinas optativas.

- Parágrafo único - As descrições, ementas e bibliografias das disciplinas são discriminadas em um Catálogo de Disciplinas, a ser elaborado e revisado regularmente pela Coordenação Acadêmica Nacional, sujeito a aprovação do Comitê Gestor.

Artigo 14 - A organização curricular deve observar rigorosamente o projeto acadêmico pedagógico do PROFHISTÓRIA, estruturado nas seguintes Linhas de Pesquisa: 1ª) Saberes históricos no espaço escolar; 2ª) Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão; 3ª) Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

Parágrafo Único: A Comissão Acadêmica Local deve garantir a oferta das quatro disciplinas obrigatórias e cinco eletivas, conforme definido no projeto acadêmico do PROFHISTÓRIA.

Artigo 15 - O Trabalho Final do PROFHISTÓRIA tem por objetivo traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação bem como gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais dessa área nos diferentes contextos onde são mobilizadas diferentes formas de representação do passado.

- Parágrafo 1º - A natureza desse trabalho final, a despeito do formato que possa vir a assumir, deve traduzir obrigatoriamente as três dimensões trabalhadas ao longo do curso: (i) a apropriação dos estudos e debates recentes sobre as temáticas trabalhadas; (ii) a criticidade em termos do conhecimento e práticas acumuladas na área e (iii) as possibilidades de produção e atuação na área do ensino de História que contribuam para o avanço dos debates e a melhoria das práticas do profissional de História dentro e/ou fora da sala de aula. Para tal ele constará de duas partes: uma parte crítico-analítica (dimensões i e ii) e uma parte propositiva (dimensão iii).
- Parágrafo 2º - O produto final pode assumir diferentes formatos como: texto dissertativo, documentário, exposição; material didático; projeto de intervenção em escola, museu ou espaço similar, a condição que incorpore as três dimensões anteriormente explicitadas.



- Parágrafo 3º - O trabalho final será realizado e avaliado em duas etapas. Etapa 1: Exame de qualificação do projeto, que corresponde à elaboração do Projeto de Mestrado Profissional e deve contemplar, necessariamente, a parte crítico-analítica que engloba as duas primeiras dimensões. Trata-se de um texto acadêmico no qual é preciso constar: a explicitação e a justificativa do tema e o problema de pesquisa; os objetivos do trabalho e as interlocuções teóricas privilegiadas, bem como, o plano que especifica e justifica o formato do trabalho final pretendido. Essa etapa deve estar concluída até o final do terceiro semestre, quando o aluno deverá apresentar e discutir, com uma banca formada por três professores, sendo um o orientador, seu projeto de trabalho final. Cumprida essa fase, será considerado apto a desenvolver plenamente a segunda etapa do processo. Etapa 2: Defesa do Trabalho Final com a realização da parte propositiva de seu projeto relacionado diretamente com a análise realizada na primeira parte. O Trabalho Final deverá ser defendido até o final do quarto semestre do curso.
- Parágrafo 4º - A avaliação é feita em arguição pública por banca qualificada composta por três professores doutores, sendo um deles o orientador e tendo a participação de ao menos um professor externo à Instituição Associada.

CAPÍTULO V – PRAZOS E REQUISITOS PARA CONCLUSÃO

Artigo 16 - Para conclusão do PROFHISTÓRIA e obtenção do respectivo grau de Mestre, o discente deve:

- Integralizar, com aprovação, 34 (trinta e quatro) créditos em disciplinas, incluindo todas as disciplinas obrigatórias, o Exame de qualificação do projeto e o Trabalho Final de curso.

Artigo 17 - A manutenção da bolsa de estudos pelo discente está condicionada à execução, em cada período letivo, de duas disciplinas e do Trabalho Final de curso, exceto em circunstâncias excepcionais, a critério da Comissão Acadêmica Nacional.

- Parágrafo único - A bolsa de estudos será cancelada em caso de uma reprovação em disciplina.

CAPÍTULO VI – CORPO DOCENTE

Artigo 18 - O corpo docente do PROFHISTÓRIA é formado por docentes, com grau de doutor em História, Educação ou áreas afins, incluindo o Coordenador Acadêmico Local, credenciados pela Comissão Acadêmica Nacional e homologados pelo Comitê Gestor.

- Parágrafo único - Garantir que o corpo docente de cada Comissão Acadêmica Local atenda às demandas de todas as Linhas de Pesquisa do PROFHISTÓRIA.



Artigo 19 - O corpo docente do PROFHISTÓRIA é composto por:

- Corpo docente em cada uma das Instituições Associadas, conforme definido no artigo 18;
- Coordenador Acadêmico, Coordenador Adjunto, Coordenador de Avaliação, Coordenador de Bolsas e Representantes de Linhas de Pesquisa;
- Outros profissionais que possuam formação acadêmica e experiência adequadas aos objetivos pedagógicos do PROFHISTÓRIA, credenciados pelo Comitê Gestor em caráter excepcional.

CAPÍTULO VII – ADESÃO DE INSTITUIÇÃO ASSOCIADA

Artigo 20 - A inclusão de Instituições Associadas se faz por meio de chamada específica, sob a responsabilidade da Diretoria de Avaliação da CAPES e do Comitê Gestor do ProfHistória.

Artigo 21 - O processo de seleção das Instituições Associadas é conduzido pelo Comitê Gestor. A avaliação das propostas está baseada, em particular, na adequação do corpo docente à proposta do PROFHISTÓRIA e da infraestrutura da instituição, bem como na conveniência geográfica da proposta.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 22 - Este Regimento entra em vigor a partir da data da sua aprovação pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da CAPES.

Artigo 23 - O presente Regimento pode ser revisto pelo Comitê Gestor do PROFHISTÓRIA.

Artigo 24 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Acadêmico Nacional, com possibilidade de recurso ao Comitê Gestor.